

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

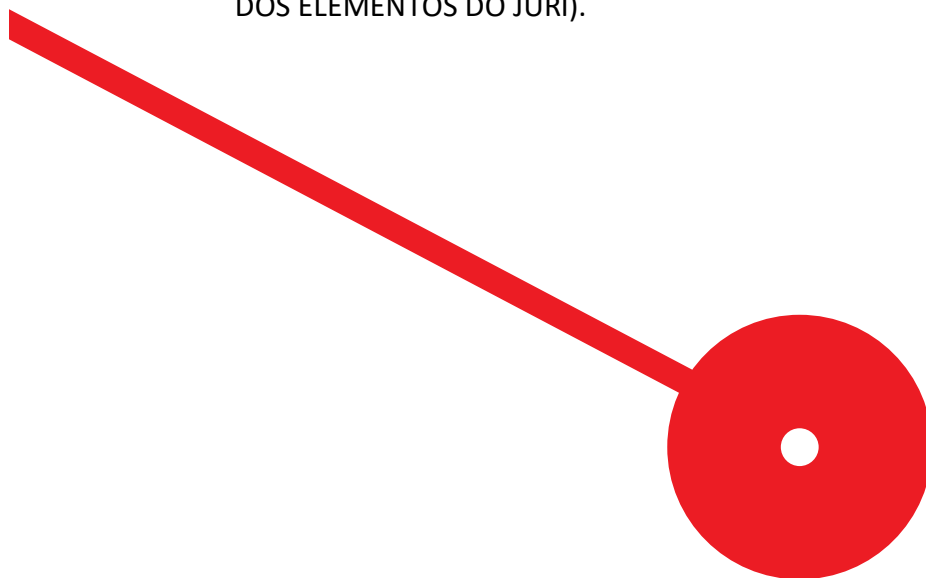
MESTRADO
AUDITORIA

Relatório de Estágio na empresa Grupo Manuel
Gonçalves S.A. apresentado ao Instituto Superior
de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob
orientação da Professora Doutora Alcina Augusta
Sena Portugal Dias.

Ângela Patrícia Gomes Rocha

04/2023

VERSÃO FINAL (ESTA VERSÃO CONTÉM AS CRÍTICAS E AS SUGESTÕES
DOS ELEMENTOS DO JÚRI).



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

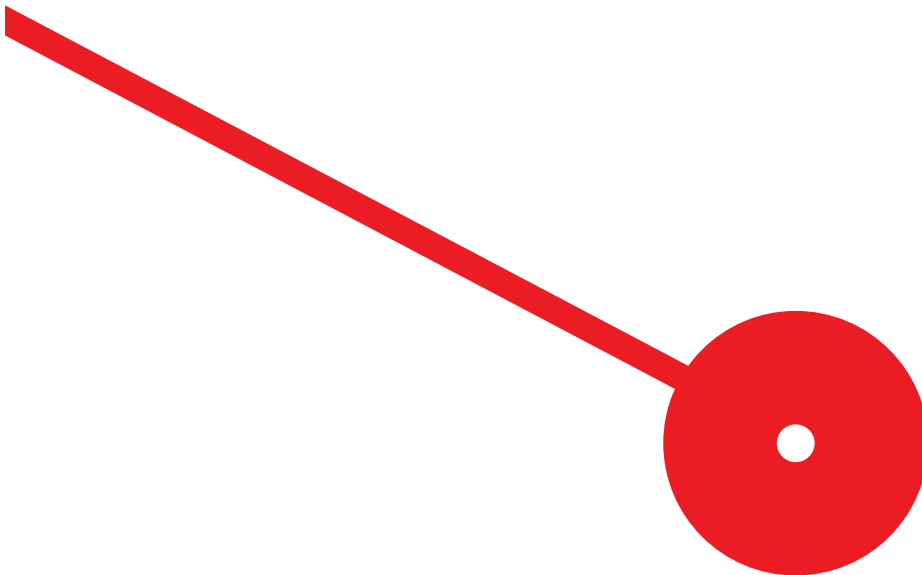
M

MESTRADO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

Relatório de Estágio na empresa Grupo Manuel Gonçalves S.A. apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora Doutora Alcina Augusta Sena Portugal Dias.

Ângela Patrícia Gomes Rocha

Ângela Patrícia Gomes Rocha. Relatório de Estágio
04/2023



Agradecimentos

Tenho muitas pessoas a quem devo estar grata ao longo deste processo. Toda a aprendizagem foi uma mais valia e olhando para trás é possível ver que saio uma pessoa mais completa do que quando ingressei nesta experiência.

Em primeiro lugar quero agradecer à Professora Doutora Alcina Sena, pelos conselhos e orientação dada ao longo do processo, e pelo seu cuidado. Foi sem dúvida um pilar importante e que me marca de forma muito positiva para a vida.

Ao Dr. Vítor Fernandes por me acolher tão bem no grupo e de me proporcionar toda esta oportunidade e a todos os meus colegas de departamento, sempre incansáveis em me ajudar e dispostos a ouvir e resolver todas as minhas questões.

Aos meus pais e companheiro pela disponibilidade em me ajudar em tudo o que podem e pela preocupação demonstrada.

A todos um sincero Obrigada.

Resumo

Este relatório foi elaborado para demonstrar todos os processos que o Grupo Manuel Gonçalves S.A. utiliza de modo a controlar todas as suas contas e obter resultados que sejam do agrado de todos os Stakeholders.

Um dos objetivos do estágio foi poder colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos durante a componente letiva teórica do mestrado, seguindo mais especificamente a área da auditoria financeira.

Este relatório está dividido em duas partes distintas. Numa primeira fase foi abordada uma área mais teórica da auditoria, mas fundamental para que se entenda o porquê, numa fase posterior, de determinados processos adoptados. Na segunda fase é feita uma descrição de todas as tarefas e procedimentos adoptados durante o estágio.

Palavras chave: Auditoria, Análise, Revisão, Controlo.

Abstract:

This report was prepared to demonstrate all the processes that the Manuel Gonçalves S.A. Group uses in order to control all their accounts and obtain results that are capable of promoting satisfaction for all the Stakeholders.

One of the objectives of this internship was to be able to put into practice all the knowledge acquired during the theoretical teaching component of the master's, more specifically in the field of financial auditing.

This report is divided into two distinct parts. In a first phase, a more theoretical area of auditing was addressed, but fundamental to understand why, at a later stage, certain processes were adopted. In a second phase was elaborated a full discription of all the tasks and procedures adopted during the internship.

Key words: Audit, Analising, Revision, Controlling.

Índice geral

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract:.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas	ix
Lista de abreviaturas	x
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	3
1.1 Definição de Auditoria	4
1.2 Controlo Interno	10
1.3 Materialidade.....	11
1.4 Planeamento	15
1.5 Procedimentos de Auditoria.....	17
1.6 Papéis de Trabalho	20
Capítulo II - Metodologia	22
2 Metodologia de Investigação.....	23
2.1 Metodologia	23
2.2 Formulação do problema.....	25
2.3 Modelo de Análise	28
Capítulo III – Atividades Desenvolvidas	30
3 – Apresentação da empresa	31
3.1 História.....	31
3.2 Estrutura acionista e de gestão	32
3.3 Mercado.....	33
4 Adaptação	34
5 Tratamento da informação pelo Controlo Interno e para Auditores.....	34

5.1	Análise às rúbricas de Estado e outros entes Públicos	35
5.2	Análise de Vendas e Prestações de Serviços.....	36
5.3	Análise às Contas a Receber e a Pagar.....	38
5.4	Análise à rúbrica de Financiamentos Obtidos.....	39
5.5	Análise das rúbricas de caixa e depósitos bancários	40
5.6	Análise às rúbricas de Ativos Fixos Tangíveis	43
5.6.1	Análise à titularidade dos Ativos	45
5.6.2	Análise a eventuais ónus ou encargos nos ativos.....	46
5.6.3	Análise aos capitais seguros	46
5.6.4	Controlo de aquisições e alienações durante o período	46
5.6.5	Análise às Depreciações	47
5.7	Controlo de inventários	48
	Conclusão	51
	Referências bibliográficas.....	55

Índice de Figuras

figura 1- Relação entre Materialidade e Risco de Auditoria, Fonte: Principles of auditing, 2º edição, Hayes ET AL, Pearson education limited 2005.....	15
figura 2 - Ciclo da Contabilidade vs. Ciclo da Auditoria, Fonte: mestranda com base no livro Auditoria, Revisão Legal das Contas, Taborda (2021).....	16
figura 3 - Modelo de Análise das Hipóteses.....	28
figura 4 - Sede da TMG S.A., Fonte: Portal TMG	31
figura 5 - Área protutiva TMG Automotive Fonte: Portal TMG	33
figura 6 - análise das diferenças nas contas de pagamentos à segurança social.....	36
figura 7 - Movimentos em aberto e saldo	43
figura 8 Lista de ativos com obra e centro de custo	44
figura 9 - Listagem de imobilizado em SAP	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 Fonte: Prodanov C. e Freitas E. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Académico	24
Tabela 2 - Relação entre as questões de investigação e as hipóteses em estudo.....	26

Lista de abreviaturas

AFT – Ativo Fixo Tangível

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

CI – Controlo Interno

CLC – Certificação Legal de Contas

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DR – Demonstração de Resultados

DMR-AT – Declaração Mensal de Remunerações para a Autoridade Tributária

DMR-SS - Declaração Mensal de Remunerações para a Segurança Social

IFAC – International Federation of Accountants

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

RA – Relatório de Auditoria

ROC – Revisor Oficial de Contas

SAP - *Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung, software utilizado.*

SCI – Sistema de Controlo Interno

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SS – Segurança Social

Enquadramento Inicial

Após um período difícil devido à pandemia as empresas foram obrigadas a mudar e a adaptarem-se a novas exigências que foram surgindo. Devido a novas obrigações fiscais e não só se torna cada vez mais importante que as empresas tenham controlo dos seus procedimentos, saber de que forma podem melhorá-los e facilitar a sua leitura a todos os interessados na sua informação financeira.

Este relatório foi elaborado no decorrer do estágio curricular relativo ao segundo ano do mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e tem como objetivo principal a apresentação dos procedimentos e boas práticas dentro do Grupo Manuel Gonçalves, S.A. no que diz respeito às informações financeiras, tanto ao nível da contabilidade como de gestão, e que estratégias são usadas para que o Auditor, ao emitir o seu parecer, possa assegurar com tranquilidade que o Grupo transmite uma imagem verdadeira e apropriada do seu “estado de saúde financeiro”.

É demonstrado ao longo do seu desenvolvimento todas as estratégias que são adotadas ao longo de um período económico com o objetivo de preparar a informação para ter a melhor leitura e ser o mais clara possível para todos os seus utilizadores. É importante ter em mente que o trabalho do auditor é de extrema importância e é do interesse do grupo proporcionar a melhor experiência de trabalho possível.

No primeiro capítulo é feita uma revisão de literatura, onde são abordados os conceitos que mais são utilizados pela auditoria.

No segundo capítulo é feita uma abordagem da metodologia e qual o método de investigação que foi utilizado na elaboração deste relatório.

No terceiro capítulo é feita uma apresentação do trabalho realizado durante o período de estágio e da informação recolhida no âmbito.

Por fim é elaborada uma conclusão sobre o trabalho realizado, bem como eventuais limitações que surgiram durante a elaboração.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Definição de Auditoria

A palavra auditoria deriva do latim *audire* cujo significado é “ouvir”, o que leva ao surgimento da palavra auditor, que deriva do latim *auditor*. Desde o início da história que os auditores obtinham conclusões baseadas naquilo que lhes era comunicado de forma verbal.

Segundo Taborda “...uma auditoria destina-se a verificar, de uma forma sistemática, a conformidade e o cumprimento dos procedimentos adotados e seguidos nas diversas áreas organizacionais de uma entidade com os respectivos regulamentos, critérios, leis, regras, políticas, etc., quer internos quer externos, que se encontrem estabelecidos e aprovados...”¹, mas nem sempre foi assim. Em meados do século XIX os autores defendiam que o principal foco da auditoria era detetar e prevenir erros e fraudes, como nos transcreve em 1881 R.J.Chambers uma citação do autor F.W.Pixley que “uma auditoria, para ser eficaz, ou seja para permitir ao auditor certificar quanto à exactidão das contas apresentadas, pode ser dividida, para fins práticos, em três partes, nomeadamente, prevenir contra (1) erros de omissão; (2) erros encomendados (acordados); e (3) erros de princípio”².

Anos mais tarde J.H.Bourne (1887) diz que “o objetivo da auditoria é duplo, a detecção de fraude quando ela tenha sido praticada e a sua prevenção através da imposição de salvaguardas e da criação de meios que a tornem extremamente difícil de cometer, mesmo que a tendência seja em tal direcção”.

Esta forma de pensar e definir auditoria continuou a vingar ainda no começo do século XX, uma vez que W.A. Straub (1904) defende que “o objectivo do auditor deve ser, na maior parte, triplo: (1) detecção da fraude; (2) descoberta de erros de princípio; (3) verificação da exactidão mecanicista das contas. ”

A definição de auditoria, já num contexto mais atual e mais concretamente a auditoria financeira, ou como também ouvimos chamar de auditoria externa é complexa uma vez que é de grande abrangência, no entanto, podemos definir como sendo um “exame independente e objetivo”, que deve incluir todo um conjunto de provas que deem suporte

¹ Auditoria, Revisão Legal das Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas, Daniel Taborda, 3ª edição, 2021

² An Accounting Thesaurus: 500 years of accounting, R.J.Chambers, 1995

à conclusão de auditoria sob formato de relatório escrito relacionado com as demonstrações financeiras. Essa conclusão formada deve exibir uma posição concreta sobre as demonstrações financeiras de uma entidade, sempre respeitando os normativos contabilísticos aos quais a entidade possa estar sujeita.

A primeira vez que alguém aparenta querer afastar-se das ideias de definição de auditoria passadas ocorre em meados do ano de 1912 pelo autor Montgomery (citado por Nabais, 1993,p4) , sendo que este refere que “[anteriormente] ensinava-se aos estudantes que os objetivos principais de uma auditoria eram: (1) a deteção ou a prevenção de fraude; (2) a deteção ou prevenção de erros... Devemos [agora relegar estes objetivos] para uma posição secundária...[agora o principal objetivo] é averiguar as reais condições financeiras e de rendimentos de uma empresa para os seus proprietários... os seus executivos... banqueiros ou investidores.”³

Atualmente podemos definir auditoria, segundo Taborda (2014) como “Um processo objectivo e sistemático, efectuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre acções e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre as asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira”.³

Apesar de existirem uma infinidade de conceitos de auditoria, há sempre um fator que é comum a todas, o facto de todas fazerem ligação às demonstrações financeiras, mas é sempre importante frisar que não há uma garantia absoluta da parte do auditor de que não haja distorções que tenham relevância material ou até mesmo fraudes praticadas pela entidade. Nestes casos é comum que as próprias entidades ocultem informação específica que possa levar a indícios de atividade ilícita ou de que os normativos aplicáveis não estão a ser cumpridos. Muitas destas situações ocorrem por causa de conflitos de interesse entre os utilizadores das informações. Todos estes fatores fazem ressaltar a importância de o auditor ser alguém independente e idóneo.

Quando analisamos as diversas descrições sobre o que é auditoria, muito rapidamente somos relacionados com o conceito financeiro, nomeadamente às demonstrações financeiras e às asserções que estas ligadas às mesmas. Desde há muitos anos que a auditoria caminha de mãos dadas com a contabilidade, sendo que graças à atividade do auditor é possível dar uma maior segurança e credibilidade aos lançamentos

³ Manual de Auditoria Financeira, Brochado (2019)

contabilísticos. É necessário garantir o máximo de exatidão nos dados que a contabilidade nos fornece, sendo fulcral garantir que os dados estão organizados de modo a facilitar a leitura e a análise. Todos os dados devem ter a máxima credibilidade, de modo que os interessados na informação financeira tomem decisões conscientes, e não deturpados por informação que não corresponde à verdade.

É necessário ter consciência a todo o momento que existem partes distintas em todo este percurso: os contabilistas, ou técnicos responsáveis por preparar toda a informação; os auditores que realizam de certa forma um trabalho pericial e de análise profunda, de modo a que todas as operações aconteçam com um objetivo e que, essencialmente, respeitam os normativos pelas quais estão abrangidas.

Todas as demonstrações financeiras devem ser elaboradas de forma a transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da realidade económica de uma empresa, uma vez que estas influenciam nas decisões que sejam relativas à aquisição, alienação ou manutenção de um determinado ativo ou passivo financeiro.

Para isso, os utentes da informação financeira como os financiadores, investidores, os funcionários, entre outros, devem também de ser capazes de efetuar uma análise isenta de todos os dados económicos. Neste sentido o IASB criou um Framework e que reúne alguns aspetos específicos como a compreensibilidade, que assegura que os dados são transmitidos de forma a ser facilmente compreendida por quem efetua a sua leitura; A Relevância, que assegura que a informação presente nos relatórios é útil e que influencia a tomada de decisão; A Fiabilidade, que indica que todos os dados do relatório surgem porque efetivamente ocorreram um determinado conjunto de operações; A Comparabilidade, característica que permite aos utilizadores opor informação de períodos diferentes, de modo a serem capaz de identificar possíveis oscilações e diferenças ao nível do desempenho financeiro ao longo do tempo e dessa forma serem capaz de identificar tendências na posição económica. Sem a auditoria financeira, a missão de transmitir credibilidade às contas revela-se um objetivo muito mais longínquo de atingir, uma vez que pode faltar na informação um conjunto de pontos chave que forneça aos utentes da informação a possibilidade de analisar todos os dados de forma segura. A comparabilidade é uma das características fundamentais de um relatório, e isso é inegável. Uma das razões para que nos dias de hoje seja usado um Sistema de Normalização

Contabilística prende-se exatamente com essa necessidade de comparar. O mercado tem vindo a tornar-se cada vez mais exigente e complexo, quer a nível do comércio como do investimento financeiro. O SNC segue a estrutura adotada pelas Normas Internacionais de Contabilidade, e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram também transpostas das IAS/IFRS.

A definição de auditoria foi sofrendo modificações com o passar dos tempos. Durante o império romano existia um controlo efetuado aos negócios das províncias, e desde o ano mil trezentos e catorze que na Inglaterra já eram efetuadas auditorias às contas públicas, para isso recorriam a um Auditor do Tesouro que tinha a missão de criar um sistema que permitisse controlar os gastos que o governo efetuava. Com o passar dos anos e acima de tudo com o decorrer da Revolução Industrial a auditoria passou a ser um procedimento constante, principalmente nos países mais desenvolvidos e com economias em grande escala. Houve também a necessidade de melhorar e desenvolver práticas contabilísticas que fossem capazes de organizar a informação sobre os rendimentos e gastos das economias.

Derivado dessa evolução e da necessidade de informação cada vez mais detalhada, a fraude vai também se instaurando quase de forma natural, uma vez que as empresas pretendiam apresentar informação que fosse do agrado dos investidores e dos fornecedores. Esse receio leva a que as partes interessadas começassem a exigir que toda a informação financeira fosse alvo de análise por parte de entidades profissionais com competências para tal, e que não tivessem conflitos de interesse com as partes envolvidas, e assim surge a profissão de auditor.

É no Reino Unido que se desenvolvem os grandes *guidelines* da auditoria, o que permitiu que a área sofresse uma evolução extremamente positiva, não tardando muito para que os outros países seguissem o seu exemplo, uma vez que esta metodologia foi difundida mundialmente. Inicialmente e quase até aos inícios do Séc. XX, o foco estava colocado na deteção de fraudes. Só mais tarde é que as sociedades começam a encarar a auditoria como uma forma segura de constatar se as contas de uma determinada entidade eram elaboradas de forma a garantir a verdadeira situação económica e de património. Outro grande ponto de evolução para a importância da auditoria foi a criação e conseqüente desenvolvimento das bolsas e dos mercados internacionais, sendo que este tipo de investimento em capitais alheios acarreta uma necessidade de previsão dos mercados, a curto e médio prazo, uma vez que a fonte de rendimento advém das distribuições de

dividendos. Nesta fase o objetivo principal da auditoria passa a ser o lucro, uma vez que era importante prever o valor futuro das ações.

Para este objetivo os auditores passaram a ter como missão central, a análise das demonstrações financeiras das entidades. Naturalmente sistemas mais evoluídos levam à criação de esquemas de elevada complexidade, sendo que nos anos oitenta e noventa surgem diversas situações de fraudes que fragilizaram todo o trabalho desenvolvido pelos auditores, colocando em questão a sua independência, e conseqüentemente a sua credibilidade que levaram à não deteção, de forma dolosa, destas infrações graves. Toda este revolução e evolução económica revela a necessidade de criação de novas “*guide lines*” para a profissão, sendo que para dar resposta a estas necessidades reais as grandes empresas de auditoria começam a dispor de serviços com foco no controlo dos riscos inerentes aos negócios e às empresas. Com todas estas reviravoltas o foco sofre também alterações, passando a centrar-se no retorno dos investimentos efetuados e também no lucro das empresas, incluindo também o estudo de indicadores que garantam a continuidade das empresas com vista a médio e longo prazo.

É normal que tenhamos em mente que a auditoria principal funciona como o “pilar” da auditoria, no entanto, existem outras áreas que com o passar do tempo foram requerendo uma imagem mais credível e exata, o que nos leva para outras vertentes da auditoria e que atravessam grande parte dos setores das empresas. Outras grandes componentes de grande importância e um complemento essencial à auditoria financeira, são a auditoria aos sistemas de informação, vulgarmente designado por auditoria informática, a auditoria operacional, a auditoria interna e a de gestão. O papel chave é desempenhado pelo auditor, que se baseia na análise objetiva e isenta das informações financeiras fornecidas através dos movimentos das contas e das operações executadas pelas empresas. Depois da análise criteriosa, ocorre a execução de um relatório, posteriormente apresentado aos órgãos de gestão e também aos acionistas, caso existam, para que estes tomem conhecimento e que possam através da opinião do auditor, analisar as demonstrações financeiras, que se espera que transmitam uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica da empresa, e a partir daí possam tomar decisões conscientes e informadas que vão de acordo com os seus interesses. Cada empresa tem uma dimensão diferente, bem como um diferente número de operações ou casos particulares, pelo que o trabalho de auditoria deve ser sempre adaptado à realidade da entidade auditada. Só assim é possível adotar os métodos de trabalho mais adequados, de forma a abranger todos os tipos de operações. É

necessário também ter em conta o tipo de auditoria que vai ser executada. O Auditor deve recorrer à auditoria interna realizada pela empresa, visto que saber se existem e processos de controlo, quais são, e se são adequados, pode ajudar de forma significativa o trabalho do auditor.

É fácil cair na ideia de que o auditor tem de analisar todas as operações e todos os documentos da entidade auditada, e só depois disso comunicar as suas conclusões, mas não. Na maior parte das empresas este cenário não é executável nem realista, derivado do número de transações e operações diárias subjacentes às mesmas, sendo que uma análise completa envolveria demasiado esforço tanto económico como humano e não seria, de todo, uma opção viável, sendo que também todo este esforço é perfeitamente evitável.

Atualmente existem vários recursos informáticos e ferramentas de análise, que tem como objetivo principal efetuar a seleção de um conjunto específico de operações que devem ser verificadas, e que conduzem a uma análise muito mais efetiva e eficiente. Para além da seleção por via de amostras, outra componente do trabalho de auditoria passa pela execução de inquéritos, por exemplo, aos colaboradores que tratam da informação financeira e até mesmo à gestão da própria entidade, este questionário esclarece sobre processos usados, sobre o porquê de serem usados bem como permite ter uma ideia de que a informação tida por todos é unânime, e que segue determinado protocolo estabelecido pela empresa.

A responsabilidade do auditor é extremamente abrangente, uma vez que caso este não detete, por exemplo, a existência de documentos falsos, pode ser punido com carácter legal.

Depois da recolha de todas as provas de auditoria, é chegado o momento de execução do relatório de auditoria. Neste relatório o auditor transcreve todas as diferenças que detetou, bem como eventuais erros que tenham ocorrido na elaboração das contas. O auditor emite também um conjunto de sugestões ou correções que a entidade é aconselhada a fazer nas suas demonstrações financeiras. Caso a empresa não corrija as situações mencionadas anteriormente, corre o risco de que o auditor possa incluir reservas na sua opinião, sendo isso da responsabilidade do órgão de gestão, que tomou conhecimento de todas as situações em tempo apropriado e que decidiu não efetuar as alterações.

1.2 Controlo Interno

Em todos os ambientes e diferentes áreas de negócio, o risco, que assume vários formatos, assume uma preocupação atual. É fundamental, e tendo como referência a ISA 315, é fundamental que haja processos que permitam a identificação e avaliação dos riscos e de ocorrências de distorções materiais. Estes processos devem estar instaurados, sendo que é necessário o devido acompanhamento deste processo pelos órgãos de gestão, com o objetivo de assegurar um nível de segurança e que possibilite a organização de garantir os objetivos a que se propôs no que diz respeito à fiabilidade das suas demonstrações financeiras, e de que todos os normativos e obrigações legais estejam a ser devidamente cumpridos. Simplificando, controlo interno baseia-se num plano, ou conjunto de ações previamente definidas, e que devem ser executadas pelos membros da empresa de forma a prevenir, ou eliminar erros que possam ocorrer nos determinados processos. Esse plano deve mencionar as tarefas a efetuar, bem como quem as efetua, ou vulgarmente designado como segregação de funções, pelas várias áreas da empresa.

O controlo interno inicia-se através da forma teórica, ou seja, é passado para o papel todo o processo que deve ser executado. Nesta primeira fase é feito um levantamento de todos os riscos inerentes. Ao identificar todos os pontos chave, é possível criar controlos, que devem ser descritos na sua totalidade e a forma como estes controlos devem ser implementados.

É importante salientar que o controlo interno pode ser dividido em cinco partes principais:

- O Ambiente de controlo, onde é descrita a visão da empresa, bem como o seu conjunto de valores, a sua ética, o seu estilo operacional e também a sua estrutura organizacional;
- Processo de avaliação do risco pela entidade e que engloba todos os riscos associados a possíveis mudanças no meio envolvente, avanços tecnológicos ou possíveis reestruturações da entidade;
- Sistema de informação onde sejam registados todos os tipos de transações executadas pela entidade, bem como meios de comunicação;

- Atividades de controlo que tenham relevância para a auditoria como por exemplo manuais ou protocolos de procedimentos que ajudem a garantir que as instruções e diretivas dos órgãos de gestão são cumpridos por toda a entidade;
- Monitorização de controlos, onde se verifica se os controlos estabelecidos cumprem com o seu objetivo inicial e bem como verificar se estes devem ser alvo de melhoria. Mesmo que a empresa tenha um sistema de controlo interno, isto não garante de forma absoluta que não existem operações que são executadas de forma irregular ou até mesmo de forma ilegal, o que pode conduzir a crimes e possíveis fraudes.

Eventos como estes podem ocorrer por várias razões, sendo algumas delas a falta de interesse da gerência em implementar e fazer cumprir o sistema de controlo interno, uma vez que todo o processo acarreta custos, normalmente em empresas de menor dimensão é também mais difícil implementar estes tipos de controlo uma vez que há uma maior resistência à mudança.

1.3 Materialidade

A materialidade é um conceito de extrema importância em auditoria, e defini-la é uma tarefa de elevada complexidade para o auditor. A materialidade, segundo as normas de auditoria define-se que uma informação é material se a sua distorção ou omissão tiver impacto na decisão dos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras. Elaborar uma estimativa acarreta uma responsabilidade muito grande da parte do auditor uma vez que o seu trabalho de auditoria terá por base estes mesmos valores estimados, ou seja, a opinião que emite depende diretamente destes valores. Para determinar o valor de materialidade, segundo a norma, o auditor deve utilizar o julgamento profissional, tendo em consideração a materialidade e de que forma esta está relacionada com o risco inerente e de deteção. Esta tarefa exige um planeamento prévio do trabalho e deve ter em conta as características do negócio a ser auditado, tal como a sua natureza, extensão e o tipo de procedimentos e protocolos que a mesma adota. Existem também normas de orientação que estão diretamente relacionadas com a materialidade e o risco de auditoria, e diz o auditor deve ter em conta determinadas situações, uma vez que este deve considerar a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos de revisão/auditoria;

É necessário também fazer um estudo prévio com o objetivo de avaliar o possível efeito de distorções que possam ocorrer, sendo efetuado normalmente em rubricas que exijam um maior cuidado do auditor quer pela sua complexidade ou pelo volume da informação a analisar. É também importante referir que a materialidade não se baseia num simples cálculo matemático, uma vez que o auditor através do seu julgamento profissional tem em conta vários fatores específicos e adaptados ao tipo de negócio a avaliar e tem também em consideração determinadas particularidades que podem surgir da omissão e/ou da distorção.

Para que o auditor esteja na condição de emitir uma opinião profissional é necessário previamente efetuar uma análise extensa e confirmar se as demonstrações financeiras foram elaboradas segundo os normativos contabilísticos sobre os quais se devem reger.

Qualquer aspeto que não esteja de acordo com o estipulado deve ser mencionado e identificado numa lista de exceções.

Para que o auditor seja capaz de determinar qual o nível de materialidade que é adequado e necessário ter em consideração todas as exceções e pontos de alerta verificados anteriormente tendo em consideração o número de ocorrências e o possível impacto nas demonstrações financeiras. É necessário efetuar um olhar global pela natureza do negócio e avaliar os riscos e identificar tipos de distorções que se consideram quantitativas, como por exemplo, quando estão envolvidas mercadorias supostamente transacionadas num período, mas para as quais só há registo no período seguinte, sendo que isto afeta diretamente as demonstrações financeiras uma vez que a receita que corresponde a determinado período só foi considerada no período seguinte. Por outro lado, quando queremos fazer referências a distorções do tipo qualitativo, isto ocorre quando por exemplo não são considerados bens como ativo fixo tangível (quando se destinam a tal) e são considerados custos do período, ou então o uso indevido de uma política contabilística (por exemplo uma política de depreciação). Sempre que observamos estes eventos com carácter frequente há que ter em atenção, uma vez que este é um forte indicador de presença de fraude, pelo que o auditor deve redobrar a sua atenção nestes casos.

A materialidade não tem de ser um valor estático, uma vez que pode variar por rúbrica tanto como por saldos, dependendo da natureza das operações, e do grau de risco de cada uma das rúbricas ou das contas, sendo necessário recorrer ao julgamento profissional de

forma a adaptar a melhor solução à análise que se pretende efetuar. Há que ter em conta que a materialidade está sujeita a influências relacionadas com normativos legais ou regulamentos, e mais uma vez, pode desencadear diferentes níveis. Quando a empresa está exposta aos mercados pode também levar a uma influência, uma vez que uma empresa que tenha maior exposição, deve ter um nível de materialidade mais baixo, dado que existem vários utilizadores das demonstrações financeiras e que conclusões que não traduzem a imagem verdadeira e apropriada da situação económica da empresa podem levar os utilizadores a tomarem decisões diferentes e com impacto negativo nos negócios.

A materialidade não deve ser definida por áreas, de forma isolada, mas é necessários considerar todo o conjunto. Quando o auditor procede à avaliação das distorções e omissões deve considerar que os aspetos que firmam levantados são concretos, ou seja, baseado em factos e prova de auditoria, ou se são baseados em estimativa, ou seja, através do seu julgamento profissional. No primeiro caso o auditor avalia até que ponto é que estes erros ou omissões podem ter impacto nas demonstrações financeiras, e sempre que verifique que essa opinião pode ter influência no relatório, é aconselhado que se efetuem mais testes, bem como deve haver diálogo relacionado com estes aspetos junto do cliente, de forma a obter o maior grau de certeza possível do seu julgamento e evitando emitir uma opinião “com reservas”. Após partilhar todos os pontos que levantaram questões com o cliente, e de este os corrigir (o que representa sempre o cenário ideal), o auditor procede novamente à avaliação dos erros ou omissões presentes na elaboração das contas, e compara o valor obtido nesta nova fase com o valor da materialidade definida previamente.

Após a análise há três casos possíveis, o primeiro ocorre quando as distorções ou omissões ficam abaixo da materialidade definida, que será a situação ideal, o segundo caso ocorre quando as distorções ultrapassam o nível de materialidade e neste caso é importante analisar se sem os erros estimados (contemplando apenas os erros específicos) a materialidade não teria sido alcançada. Caso se verifique, é necessário voltar a fazer testes aos erros estimados e formular a opinião sobre eles.

Num último caso, quando as distorções estão muito próximas do nível de materialidade, e esta representa a situação de maior complexidade. Esta situação exige um novo volume de testes com o objetivo de obter mais provas que evidenciem que há efetivamente distorções, nunca descartando a possibilidade de poderem surgir novas situações que não tinham sido identificadas anteriormente, recorrendo ao alargamento das amostras

utilizadas, por exemplo. Só com estes testes efetuados e novo valor de erros e omissões, é possível comparar novamente com o nível de materialidade definido e aí observar novamente se o limite foi ultrapassado, e aí a opinião do auditor deve ser modificada, ou então se o valor dos erros e omissões se encontra mais distante do limite da materialidade, sendo que nessa situação a opinião não tem reservas.

Todos estes aspetos mencionados devem ser levados em conta aquando do planeamento dos trabalhos de auditoria. É preciso considerar todos os fatores que podem conduzir a distorções que tenham carácter materialmente relevantes. Baseando-se em valores concretos de saldos ou contas, ou até mesmo de rúbricas específicas é feito um cálculo, sempre estimado e recorrendo ao julgamento profissional, do valor que deve ser considerado na materialidade. É preciso ter em consideração o método de trabalho adequado uma vez que é necessário analisar se é adequado recorrer à amostragem e/ou a testes analíticos. No que diz respeito à materialidade, esta apresenta uma relação inversa, quando falamos da sua relação com o risco, isto significa que quanto mais risco houver, menor tem de ser o nível de materialidade. O contrário também se constata, quanto menor o risco, a materialidade pode ser maior. Tendo isto em mente, o auditor procura sempre compensar esta relação tentando diminuir o risco de deteção, para isso deve efetuar um maior número de testes de controlo ou reduzindo o risco de controlo estimado. Quanto maior for o nível de materialidade, o risco de controlo e o risco inerente representam uma ameaça menor, pelo que o auditor não necessita de efetuar tantos testes substantivos nem de aplicar tarefas complexas. Existe também a possibilidade de o auditor “jogar pelo seguro”, e determinar um nível de materialidade inferior, que o obriga à realização de vários testes, embora desta forma consegue obter uma margem de erro nas distorções, e assim diminuir situações que se revelem materialmente relevantes, diminuindo por consequência o risco de auditoria.

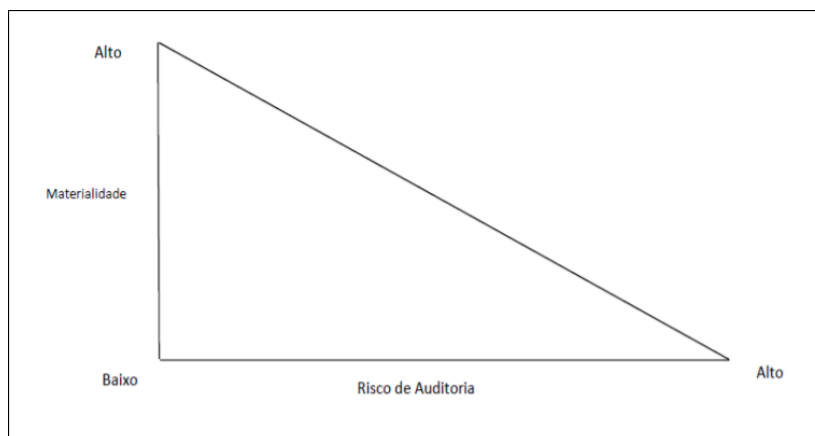


figura 1- Relação entre Materialidade e Risco de Auditoria, Fonte: Principles of auditing, 2º edição, Hayes ET AL, Pearson education limited 2005

O risco de auditoria traduz-se na possibilidade de o auditor emitir uma opinião não adequada relativamente às demonstrações financeiras e que tem caráter relevante nas mesmas e dentro desta categoria de risco, conseguimos subdividi-la em três grupos de risco: risco inerente, risco de controle e risco de detecção. O risco inerente é definido como a possibilidade de existirem valores distorcidos em contas ou em classes e que podem ter impacto relevante nas demonstrações financeiras e são provenientes de falhas do próprio controle interno. Para uma melhor análise do risco inerente o auditor deve conhecer ao máximo o negócio, com quem a entidade coopera (clientes e fornecedores), o ambiente em que a empresa se insere, o seu ciclo operacional e também de onde e de quem são provenientes os financiamentos. O Risco de controle está ligado com o próprio controle interno do cliente, sendo que um bom sistema de controle interno garante uma melhor eficiência e transparência nos processos, bem como transmite segurança a quem executa os trabalhos de auditoria. O Risco de detecção diz respeito à possibilidade de o auditor não identificar erros ou omissões que sejam materialmente relevantes mesmo executando todos os procedimentos adequados e planejados no trabalho de auditoria. O auditor deve sempre procurar uma melhoria contínua de forma a ser cada vez mais eficiente nos processos que executa no âmbito das suas tarefas.

1.4 Planejamento

De forma a executar o seu trabalho com a maior eficiência possível, a ISA 315 (Revisão), o auditor deve desenvolver um plano de auditoria que inclua uma descrição da natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de avaliação do risco planejados e também dos procedimentos de auditoria adicionais planejados ao nível de asserção.

A ISA 300 refere que no planeamento da auditoria deve ser desenvolvido um plano geral de trabalhos, que deve mencionar o tipo de abordagem, bem como os métodos de análise a utilizar sempre tendo em conta a natureza da entidade, bem como eventuais fatores económicos e legislação a que a entidade possa estar sujeita no decorrer das suas atividades. É também preciso ter em consideração o volume de trabalho esperados de forma a avaliar a possível duração dos trabalhos de auditoria/revisão.

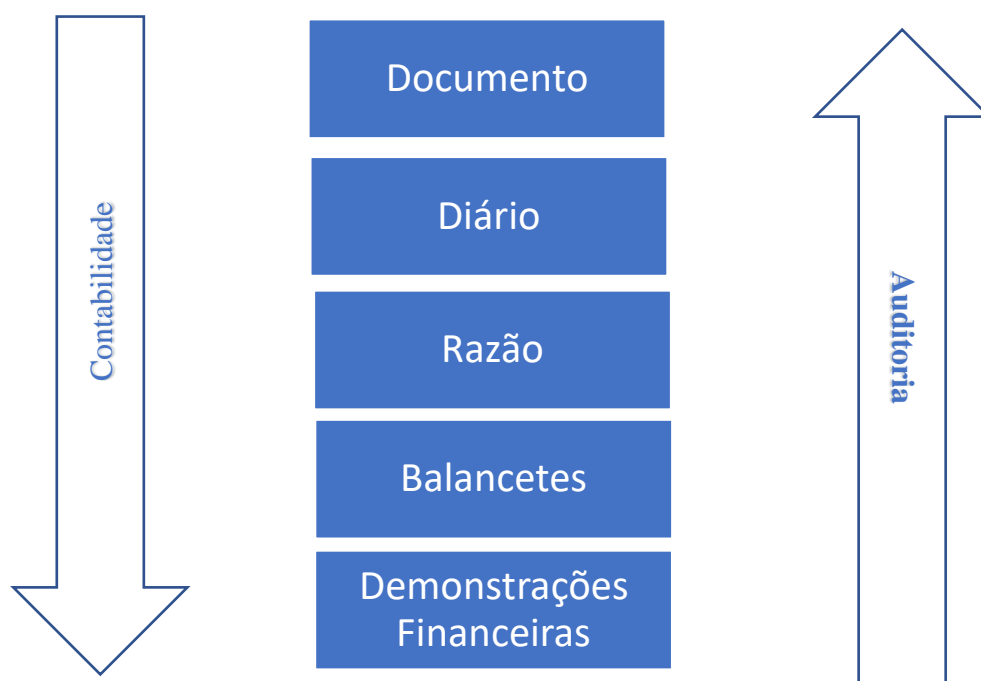


figura 2 - Ciclo da Contabilidade vs. Ciclo da Auditoria, Fonte: mestrandia com base no livro Auditoria, Revisão Legal das Contas, Taborda (2021)

É comum referir-se que a auditoria segue o trajeto inverso ao da contabilidade, uma vez que a contabilidade tem origem no documento, que posteriormente irá refletir-se nas demonstrações financeiras, e a auditoria começa por analisar as demonstrações financeiras, sendo que analisa com o objetivo de garantir a verdade das mesmas, os documentos contabilísticos necessários. O procedimento de auditoria é estruturado e tem presente um conjunto de etapas com estrutura própria e bem definidas. O planeamento é uma fase de extrema importância no processo, uma vez que atividades bem planeadas torna possível que todas as áreas que exigem elevado cuidado por parte do auditor sejam devidamente levantadas, bem como todos os problemas e entraves a quais possam estar sujeitas para que sejam analisadas com um elevado grau de atenção. A análise

consequentemente conduz também a uma divisão de tarefas bem estruturada pelos diversos membros da equipa, levando a que seja possível cumprir com todos os prazos previstos.

Uma das grandes complexidades do planeamento da auditoria prende-se com quando podem e devem ser executadas determinadas tarefas e procedimentos de auditoria. Normalmente são definidos dois períodos distintos para a execução dos trabalhos de auditoria, período preliminar e período final. No período preliminar são desenvolvidos os alicerces do planeamento, é feito o estudo para definir o grau de materialidade bem como os procedimentos que vão ser executados. Normalmente é também analisado o sistema de controlo interno. É nesta fase que o auditor verifica a continuidade das relações com o cliente, bem como, segundo a ISA 220 (revista), a confirmação de que são cumpridos todos os princípios éticos (independência). Neste período inicial a ISA 210 menciona que devem ser executados procedimentos analíticos com o objetivo de avaliar o risco; garantia de que os normativos legais são do conhecimento da entidade e que esta os cumpre. Esta fase assume uma importância ainda maior quando a empresa é auditada pela primeira vez e conhecer bem a entidade e o seu meio envolvente são fatores determinantes para o sucesso da auditoria.

1.5 Procedimentos de Auditoria

Podemos caracterizar os procedimentos de auditoria como um conjunto de estratégias e métodos para que o auditor consiga recolher todas as provas de auditoria que vão fundamentar a sua opinião e comentários no relatório de auditoria. Normalmente são usados testes de observação e testes aos controlos e que se baseiam na análise de saldos da contabilidade, de forma a garantir que estes são suficientes, exatos e válidos de acordo com as informações da contabilidade da empresa. Por vezes ocorrem situações em que é necessário recorrer a testes de controlo, e acontece quando há uma avaliação preliminar de risco existente quando se executam apenas procedimentos substantivos, e estes não conseguem de forma autónoma garantir que a prova de auditoria obtida é apropriada e suficiente. O auditor, segundo as normas internacionais de auditoria, está também obrigado a inspecionar alguns documentos: registos relativos a ativos fixos tangíveis (comparação dos lançamentos da contabilidade com faturas existentes e documentos bancários, bem como a garantia de que estes ativos existem na empresa); Observação

direta dos procedimentos como por exemplo a contagem dos inventários finais; Procedimento de confirmação, onde se obtém confirmações por parte de terceiros como ocorre por exemplo na circularização de saldos a terceiros.

Por outro lado, quando falamos de procedimentos analíticos, que incluem uma análise relativa a eventuais flutuações de valores ou inconsistência e desvios significativos de quantias previstas, conforme mencionado na ISA 500 “Estes Procedimentos de Auditoria, ou combinação deles, podem ser usados como procedimentos de avaliação de risco, testes de controlos ou procedimentos substantivos, dependendo do contexto em que sejam aplicados pelo auditor. Em certas circunstâncias, a prova de auditoria obtida de anteriores auditorias pode proporcionar prova de auditoria sempre que o auditor executar procedimentos de auditoria para estabelecer a sua relevância continuada”.

O grande objetivo do trabalho do auditor está centrado na Certificação Legal das Contas, que consiste num relatório onde está expressa a sua opinião profissional sobre as demonstrações financeiras da entidade, depois de terem sido realizados todos os procedimentos de auditoria sobre as contas da entidade. Este documento deve contar a opinião clara e direta do auditor, sendo que deve também mencionar a natureza e o objeto do trabalho, bem como de que forma os órgãos de gestão são responsáveis pelo trabalho desenvolvido. A Certificação Legal de Contas é obrigatória em Portugal desde 1983, tendo sido nessa altura que foram publicadas e aprovadas as Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas da OROC.

A CLC baseia-se em modelos aprovados que estão harmonizados com os outros modelos europeus não tendo sofrido nenhuma alteração até 1994.

A CLC pode ser apresentada da seguinte forma: Sem reservas; sem reservas, mas com ênfases, sendo uma situação que surge quando ocorrem situações que podem levar à existência de modificações na CLC, mas cujo peso dessas alterações não corre o risco de poder ser materialmente relevante; com reservas (quando ocorrem algum desacordo durante o exame às políticas contabilísticas adotadas, ou pelo método como são aplicadas nas divulgações anexas às demonstrações financeiras; por desacordo, quando o auditor não concorda com determinado aspeto das demonstrações financeiras da entidade por considerar que possam ter ocorridos erros ou omissões que sejam materialmente relevantes para os utilizadores da informação financeira; pode ocorrer também a escusa de opinião por parte do auditor caso se verifiquem limitações de âmbito que sejam de tal

forma relevantes e o auditor não consiga obter prova suficiente para poder emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Contudo houve alterações a este tipo de modalidades de opinião. A Certificação Legal de Contas pode ser emitida sob os seguintes formatos: CLC com opinião sem reservas; CLC com opinião sem reservas, mas com ênfases; CLC com opinião com reservas (por limitação do âmbito da auditoria e/ou desacordo); CLC com escusa de opinião.

Atualmente o modelo da CLC é dividido em duas partes, sendo a primeira o Relato sobre a auditoria nas demonstrações financeiras, e a segunda parte o relato sobre outros requisitos legais e regulamentares. Dentro da primeira parte ocorre em primeiro lugar a opinião do revisor sobre as contas, onde expressa se as demonstrações financeiras apresentadas representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais; posteriormente o auditor apresenta as bases em que se fundamentou para a emissão opinião, e onde refere que todas as provas de auditoria que foram obtidas são suficientes e apropriadas, para que seja possível ter uma base sólida para a emissão da referida opinião; segue-se a incerteza material relacionada com a continuidade, que só consta no relatório caso surja qualquer incerteza material que possa por em causa a continuidade da atividade; as matérias relevantes de auditoria (que tem, à semelhança da incerteza material relacionada com a continuidade, um carácter opcional) em que devem ser mencionados os riscos de distorção material que possam ter um carácter mais relevante e de que forma o auditor dá resposta a esses riscos avaliados; posteriormente surgem as responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras e por último a responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, sendo esta a secção onde o auditor expressas quais os seus pontos a cumprir, de forma a conseguir obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras.

Na segunda parte da CLC designada por Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, que refere a opinião sobre o relatório de gestão e se este foi elaborado de acordo com os requisitos legais e regulamentares em vigor, bem como se a informação que nele é apresentado está de acordo com as demonstrações financeiras da entidade.

O objetivo principal é que a opinião que o auditor emite tenha forma positiva, afirmando que as demonstrações financeiras representam a posição financeira da empresa, na globalidade ou na sua grande parte, com uma imagem verdadeira e apropriada em todos os pontos que se revelam materialmente relevantes para a empresa.

É preciso ter em consideração que apesar de um parecer positivo da parte do auditor, quem observa as demonstrações financeiras, ou seja, os interessados nas mesmas devem ter em consideração que esta opinião não funciona como uma garantia absoluta da situação financeira da empresa.

1.6 Papéis de Trabalho

Durante o trabalho de auditoria, o auditor reúne um conjunto de elementos com o objetivo de formar a sua opinião, também designados como prova de auditoria, que devem ser recolhidos de forma apropriada e também de forma suficiente, através de atos inspetivos, da observação direta de procedimentos, indagação, confirmação, através de cálculo matemático e processos analíticos, sendo que tudo isto deve estar registado por escrito para dar suporte à sua futura opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa.

Os papéis de trabalho não estão limitados ao nome, uma vez que para além de documentação escrita, inclui-se também tudo o que está em suporte digital ou em outro dispositivo de armazenamento de dados, isto tudo segundo a ISA 230. Toda a documentação que é recolhida servirá de apoio para o planeamento e execução da auditoria. Todos os documentos relevantes são registados e documentados como prova de auditoria e mais tarde darão suporte para a opinião que o auditor emitir. Não apenas dar suporte, mas comprovar que todo o trabalho de auditoria foi executado corretamente.

Todos os papeis de trabalho devem ser reunidos em número suficiente e de forma completa com o maior detalhe possível de forma a tornar possível que um outro profissional que tenha experiência na área de profissão, mas que não possua nenhum conhecimento sobre a entidade e do trabalho que esta executa seja capaz de compreender o trabalho anteriormente efetuado, bem como o que levou à opinião emitida.

O tipo de conteúdo e prova a reunir não é exato, variando sempre conforme o contexto e a natureza do trabalho a efetuar. É levado em consideração o tipo de relatório que se procura emitir, o tipo de negócio com o qual se vai trabalhar, uma vez que cada um tem pontos específicos bem como pontos de alerta aos quais o auditor tem de ter atenção. É também analisado os normativos contabilísticos aos quais a entidade se deve reger na elaboração da sua contabilidade e também se a empresa possui algum tipo de controlo interno. Pode também haver a necessidade de orientar, dar supervisão e proceder a uma

análise do trabalho que é feito por parte dos colaboradores. Outro aspecto que deve ser levado em conta é qual a metodologia e os recursos tecnológicos que serão utilizados no decorrer dos trabalhos de auditoria.

É esperado que todos os papéis de trabalho elaborados contendam evidência sobre quem os elaborou bem como a sua data de revisão, pelo que normalmente há a adoção de um arquivo permanente e de um arquivo corrente para organização dos papéis de trabalho, sendo eles propriedade do auditor, tendo este a obrigação de tomar medidas para garantir o sigilo e confidencialidade da informação, retendo a documentação pelo período de tempo que seja necessário e suficiente para que possa comprimir os requisitos legais e de profissão.

2 Metodologia de Investigação

A escolha do método de investigação é fundamental para que seja possível responder às questões de investigação e às hipóteses que decorrem delas.

Segundo Fortin (1999) A escolha da metodologia “assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados de investigação”.

Quando se analisa a informação é de extrema importância ter a perceção daquilo que temos de tratar e de que forma é possível quantificar e mensurar essa informação

Citando Bell (1997), “Uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente” “a abordagem adotada e os métodos de recolha de informação selecionados dependerão da natureza do estudo e do tipo de informações que se pretenda obter.”

O objetivo principal é acrescentar valor ao trabalho de estudo que é feito com a principal meta de atingir os objetivos propostos.

2.1 Metodologia

Metodologia é a análise de diferentes métodos a serem utilizados na criação de um trabalho e que enfatiza quais os procedimentos executados de forma a trazer resultados que possam ser considerados viáveis e com alto grau de fiabilidade.

Normalmente são utilizados dois tipos de métodos na realização dos trabalhos:

- Método qualitativo – É baseado no estudo das opiniões e diferentes perceções sobre vários tópicos feito através de entrevista e análise de informação. Dá-nos informações sobre a complexidade do problema a abordar através da análise dos processos dinâmicos envolvidos
- Método quantitativo – Normalmente este método é usado quando desejamos estabelecer conclusões, e tem como principal objetivo quantificar um problema. É usada a quantificação, quer no momento da recolha de informação ou dados, recorrendo ao uso de processos estatísticos, de forma a evitar que ocorram erros de análise ou erros estatísticos e eliminando deste modo distorções, dando uma maior segurança aos dados apresentados.

<i>Ponto de comparação</i>	<i>Pesquisa Qualitativa</i>	<i>Pesquisa Quantitativa</i>
<i>Foco de Pesquisa</i>	Qualidade (natureza e essência)	Quantidade (quantos, quanto)
<i>Raízes Filosóficas</i>	Fenomenologia, interação simbólica	Positivismo, empiricismo, lógico
<i>Frases Associadas</i>	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo	Experimental, empírico, estatístico
<i>Metas de Investigação</i>	Entendimento, descrição, descoberta, generalização, hipótese	Predição, controle, descrição, confirmação, teste de hipótese
<i>Ambiente</i>	Natural, familiar	Artificial, não-natural
<i>Amostra</i>	Pequena, não representativa	Grande, ampla
<i>Coleta de Dados</i>	Pesquisador como principal instrumento	Instrumentos manipulados (escala, teste, questionário, etc)
<i>Modo de Análise</i>	Indutivo (pelo pesquisador)	Dedutivo (pelo método estatístico)

Tabela 1 Fonte: Prodanov C. e Freitas E. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico

Quando se descreve a forma como se vai desenvolver uma investigação é importante esclarecer quais vão ser os métodos de pesquisa utilizados.

No caso deste relatório, a metodologia abordada baseia-se numa primeira parte em que são levantadas as questões com o objetivo de fundamentar a metodologia selecionada. Posteriormente é feito um levantamento das asserções e por fim vão ser descritos os métodos de análise.

É necessário ter em mente que por vezes é necessário recorrer aos dois métodos, uma vez que recorrendo a esta estratégia é possível otimizar os dados recolhidos de forma a orientar da melhor forma possível toda a investigação

O forte enquadramento prático deste relatório é baseado nas atividades práticas enquanto parte da equipa do setor financeiro do grupo e tem uma abordagem qualitativa uma vez

que muita da informação foi recolhida através de questões sobre métodos de trabalho (principalmente para atividades importantes da auditoria que se desenrolam fora do edifício administrativo, como é o caso dos armazéns).

No entanto, a abordagem mais utilizada baseia-se em métodos quantitativos, uma vez que na execução das tarefas que me foram sendo atribuídas, ocorreu com maior frequência o apuramento de dados económicos e financeiros.

2.2 Formulação do problema

Segundo Fortin (1999) “*uma questão de investigação é um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica.*” (p. 51), portanto, as asserções de investigação devem derivar do objetivo em específico e evidenciam quais os aspetos fundamentais em estudo.

Deste modo, apresentam-se abaixo as hipóteses que devem ser testadas e que derivam das questões de investigação que resultaram da Revisão da Literatura.

Questões de Investigação	Hipótese
<p>Questão 1: É possível garantir a independência da auditoria interna uma vez que é um departamento comandado pela gestão? (Normas Internacionais para a Prática Profissional da Auditoria Interna, 2017, p.4)</p>	<p>Hipótese 1: A independência do auditor pode ter influência nos resultados da auditoria.</p>
<p>Questão 2: A auditoria interna consegue estabelecer a sua independência dentro da empresa? (Normas Internacionais para a Prática Profissional da Auditoria Interna, 2017, p.4)</p>	
<p>Questão 3: As organizações veem a auditoria interna como uma função relevante? (Barreiro, 2007)</p>	<p>Hipótese 2: A auditoria interna melhora a gestão de risco de uma organização.</p>

Questão 4: O envolvimento da auditoria interna contribui para melhorar o controle interno? (AICPA, 2005) e (Jund, 2001)	
Questão 6: A auditoria interna tem um papel importante para a organização (Teixeira, 2006)	Hipótese 3: Um bom controle interno é fundamental para a obtenção de bons resultados na organização.
Questão 7: A auditoria interna acrescenta valor à organização (Morais, 2008)	

Tabela 2 - Relação entre as questões de investigação e as hipóteses em estudo

Hipótese 1

A independência do auditor desempenha um papel fundamental nos controles internos e nos processos de auditoria interna.

Independentemente de o poder hierárquico estar dentro da organização, este departamento deve funcionar de forma independente e segundo normas concretas, como nos dizem as Normas Internacionais para a Prática Profissional da Auditoria Interna (2017) “O executivo chefe de auditoria deve reportar-se a um nível dentro da organização que permita à atividade de auditoria interna cumprir suas responsabilidades. O executivo chefe de auditoria deve confirmar junto ao conselho, pelo menos anualmente, a independência organizacional da atividade de auditoria interna.”

Para além de estabelecer a sua independência junto dos órgãos de gestão, é igualmente importante garantir esta qualidade no que diz respeito à restante empresa, e segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional da Auditoria Interna (2017), “A atividade de auditoria interna deve estar livre de interferências na determinação do escopo da auditoria interna, na execução dos trabalhos e na comunicação de resultados. O executivo chefe de auditoria deve divulgar essa interferência ao conselho e discutir as implicações.”

Assim, podemos concluir que:

Hipótese 1: A independência do auditor pode ter influência nos resultados da auditoria.

Hipótese 2:

Segundo Morais & Martins (2013) a gestão do risco é uma das responsabilidades pertencentes ao órgão de gestão, no entanto, a responsabilidade de avaliar se os processos e a gestão do risco são adequados é da auditoria interna. Contudo é sempre importante frisar que apesar do papel fundamental da auditoria interna é de garantir que o sistema de controlo interno é adequado à empresa e que os procedimentos estão corretamente adaptados à realidade.

A auditoria interna é fundamental para a análise e identificação dos riscos, sempre com um carácter preventivo (situação ideal) e desta forma, dar o apoio à empresa para que possa ultrapassar qualquer dificuldade que surja uma vez que é capaz de agir com antecedência, mas se necessário, agir também com carácter corretivo, caso surja alguma situação em que essa seja a atitude necessária. Daí, segundo Barreiro (2007) um departamento de auditoria interna, quando instalado de forma adequada, tem uma alta capacidade de prevenir eventuais problemas, tais como fraudes ou outros comportamentos que possam pôr em causa a empresa.

Assim, podemos concluir que:

Hipótese 2: Um bom controlo interno é fundamental para a obtenção de bons resultados na organização.

Hipótese 3

Cada vez mais a auditoria tem uma função que visa dar apoio à tomada de decisão dos órgãos de gestão. Fá-lo através da promoção de sistemas de controlo adequados, de forma a melhorar todo o desempenho da organização, de forma geral.

Segundo Teixeira (2014), “embora a auditoria seja uma atividade obrigatória para alguns segmentos institucionais, tais como instituições financeiras, empresas de capital aberto e órgãos governamentais, observa-se que a abrangência dos seus trabalhos depende da decisão de cada organização. No entanto, a realização de auditorias nas empresas é importante, dando maior segurança aos administradores, proprietários, administração fiscal, financiadores, entre outros.”.

Segundo Morais (2008) a grande complexidade junto da decisão dentro dos órgãos de gestão, prende-se com as incertezas relacionadas com o futuro, contudo, com o apoio da

auditoria e do controlo interno, é possível implementar bons modelos de decisão que possam diminuir os riscos e as incertezas. Este posicionamento estratégico gerado pelo controlo interno, permite à gestão a tomada de decisões apropriadas e que levem a uma gestão eficaz e eficiente.

Assim, podemos concluir que:

Hipótese 3: A auditoria interna melhora a gestão de risco de uma organização.

2.3 Modelo de Análise



figura 3 - Modelo de Análise das Hipóteses

As hipóteses levantadas anteriormente estão ligadas entre si, uma vez que a independência do auditor (hipótese 1) pode levar a que se formulem conclusões que não se revelem como sendo as mais adequadas. O inverso, e cenário desejável, é o que se verifica de forma mais comum. Informações que traduzem uma imagem verdadeira e adequada da situação económica da empresa levam a uma tomada de decisão por parte da gestão mais adequada.

Para esta tomada de decisão adequada, a existência de processos prévios por parte do sistema de controlo interno é de extrema importância, uma vez que havendo levantamento de riscos, diminuem-se as probabilidades de ocorrências de erros, o que nos leva às hipóteses 2 e 3 em que verificamos que a auditoria interna melhora a gestão de risco de uma organização e consequentemente um bom controlo interno é fundamental para a obtenção de bons resultados na organização.

CAPÍTULO III – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3 – Apresentação da empresa

3.1 História



figura 4 - Sede da TMG S.A., Fonte: Portal TMG

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Vale, fundada em 1937, e sofre uma grande evolução das décadas de 50 e 60, onde amplia as suas instalações e permitindo o alargamento da oferta de produtos. Em 1950 investe num produto à data inovar, com base no plástico, ao qual nos dias de hoje damos o nome de polímero.

Este investimento torna-se uma mais-valia para a indústria automóvel com a produção de telas plastificadas para camiões. Em 1964, em cooperação com a empresa Somelos, S.A. inicia o processo de acabamentos têxteis, dos mais inovadores de toda a Europa. Em 1965 começa então com a designação de Têxtil Manuel Gonçalves, sendo que representa a maior empresa exportadora de têxteis.

Em 1986 a empresa amplia as suas áreas de negócio, e é então que surgem a TMG Tecidos, a TMG fios, a TMG Automóvel e a TMG Malhas e possui uma filosofia de “Tecnologia e Qualidade de mãos dadas”, sendo a principal responsável pela evolução tão positiva da empresa, uma vez que de forma constante vai atualizando os seus equipamentos industriais, tendo assim assegurada a sua capacidade competitiva.

Sendo que no início a atividade industrial tinha grande foco no têxtil, rapidamente ocorreu a expansão para outras áreas. No ano de 2017 o segmento têxtil dedica-se desde o fabrico do próprio fio, tricota, tem tecelagem própria, tingem, produz os acabamentos e toda a confeção. No ramo automóvel são produzidos tecidos para a parte interior de veículos. Tem também a representação da Heliportugal, que presta serviços no combate a incêndios

e emergências do âmbito médico bem como efetua a manutenção de infraestruturas elétricas. A TMG possui também uma participação na empresa EFACEC que tem negócio na área das energias, engenharias e dos serviços, como também nos transportes e logística, sendo outra das empresas deste setor a SPE, que se dedica à produção de energia através de cogeração e hídricas.

Está também representada no setor vinícola através das empresas Caves Transmontanas, Casa Agrícola de Compostela e CVQ.

Possui também a empresa Lightning Bolt, dedicada ao retalho especializado.

3.2 Estrutura acionista e de gestão

Desde a sua criação que o grupo assenta numa estrutura familiar, iniciada por Manuel Gonçalves, que mais tarde passa para os seus três filhos Helena, António e Fernando. Outros elementos da família foram também ocupando outras posições de responsabilidade e desde muito cedo que teve administradores que não eram da família, sendo que já em 1950, quando ninguém esperava, Manuel Gonçalves vai a Lisboa contratar um CEO externo, dando assim início a uma gestão profissional da empresa.

Sempre foi requisito que todos os elementos da gestão do grupo fossem profissionais bastante qualificados, e mesmo a família sempre esteve sujeita a estes critérios, tendo também o mesmo conjunto de regras, direitos, obrigações e regalias dos demais membros da gestão ou de qualquer outro mesmo da empresa no mesmo nível de hierarquia.

Em 1950 dá um grande passo, altura em que de forma revolucionária surge a TMG Automotive, que se dedica à produção de tecidos interiores de automóveis e também de telas plastificadas para servir tendas militares e tecidos oleados para o segmento de camiões. É nesse momento que a indústria dá entrada no fabrico de polímeros. O primeiro pedido veio da marca Saab no ano de 1971, e mais tarde foi-se dedicando apenas ao setor automóvel, quando surge a TMG Automotive em 2004/2005, e apesar da crise que surge nesse período, a empresa superou todas as dificuldades mantendo-se fiel ao seu princípio e criando produtos de elevada qualidade, que satisfazem os requisitos dos clientes do ramo automóvel mais exigentes.

3.3 Mercado

A TMG Automotive fornece várias das marcas de maior referência do setor automóvel, sendo de aproximadamente 99% da sua produção tem como destino a exportação, estando grande parte desta percentagem representada pelo mercado europeu, com cerca de 84,5%, América, abrangendo os Estados Unidos e o Brasil com perto de 4,5%, a África do Sul com 3% e a China representada por 8%.

Por volta do ano 2009, as vendas estavam destinadas maioritariamente a três clientes, sendo eles a Opel, Toyota e Kia, contudo, devido à evolução da qualidade dos produtos produzidos foram atraindo outros clientes, como a BMW e a Mercedes, que juntos passaram a representar 54% das exportações. Isto apenas foi possível graças à qualidade superior dos produtos e técnicas inovadoras, que permitem sobressair na forte concorrência alemã.



figura 5 - Área produtiva TMG Automotive Fonte: Portal TMG

4 Adaptação

Ao chegar à empresa é efetuado, por questões de protocolo, todo um processo de acolhimento onde me foram apresentadas as instalações e os colegas com quem viria a trabalhar. É apresentado o manual com as normas de higiene e segurança no posto de trabalho, bem como todas as informações necessárias ao correto uso dos equipamentos e instalações de forma a tirar o maior proveito de tudo aquilo que está ao dispor.

Em relação ao sistema de trabalho, é importante referir que o programa utilizado para a maior parte das operações é o SAP, que no período do estágio passou por uma alteração de versão, que obrigou a uma nova adaptação.

É feita uma apresentação das várias empresas que compõe o grupo de forma a entender as relações entre elas e de que forma se processam as transações. É possível ver em anexo as referidas participações e dessa forma ter em conta todos os requisitos de auditoria e fiscais que acarretam essas mesmas ligações.

5 Tratamento da informação pelo Controlo Interno e para Auditores

A execução da contabilidade do grupo é uma tarefa exigente e bastante complexa. A auditoria externa é apenas uma das várias partes fundamentais para garantir a qualidade e a transparência da informação representada através das contas. Para a própria organização há o maior interesse em garantir que a informação inserida nos programas de contabilidade traduz a real situação da empresa, é importante saber o que se vende, quem são os clientes e fornecedores, bem como valores transacionados entre as partes.

A auditoria e controlo interno implementado são essenciais para garantir a imagem verdadeira e apropriada das contas. Através dos processos instaurados é possível saber que o que se faz é bem feito, bem como permite aos órgãos de gestão que tomem decisões baseadas em asserções concretas e números reais.

Na empresa há também total colaboração com as equipas de auditoria, uma vez que existe interesse mútuo na aprovação das contas nunca esquecendo o contributo de extrema importância que os auditores oferecem, graças a eles é possível detetar eventuais falhas e aspetos a melhorar nas contabilizações e apresentação das contas das empresas do grupo.

Ao longo do exercício económico vão sendo efetuadas várias verificações ao nível do controlo interno, às várias rúbricas do balanço e da demonstração de resultados. Estas verificações vão ajudando no controlo e tem também como objetivo preparar as análises de auditoria, uma vez que levam a que a informação cumpra certas indicações de apresentação que facilitam a recolha e leitura de dados e torne mais fácil a harmonização dos trabalhos entre a equipa da contabilidade e a equipa de auditoria.

Nos pontos abaixo é possível verificar todos os pontos que são alvos do controlo interno e que posteriormente serão alvo de análise por parte da equipa de auditoria.

5.1 Análise às rúbricas de Estado e outros entes Públicos

Nesta análise é feita uma comparação concreta entre duas evidências: a contabilidade e as declarações fiscais emitidas.

Junto das principais entidades, consideradas como a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), e a Segurança Social (SS), é feita uma comparação dos valores apurados em SAP na contabilidade com os valores que foram comunicados nas respetivas obrigações fiscais. As obrigações fiscais com maior impacto são as DMR-AT, DMR-SS e as declarações de IVA.

É feita também a validação dos pagamentos, ou seja, junto das declarações devem constar os respetivos comprovativos de pagamento, de forma a garantir que os valores liquidados estão de acordo com as declarações, bem como os mesmos foram realizados dentro dos respetivos prazos legais.

Faz parte dos controlos internos a agregação da informação acima mencionada. Sempre que é emitida uma declaração ocorre sempre a confirmação dos valores face à contabilidade. Para facilitar a posterior consulta toda a informação é reunida em dossiers específicos para cada empresa, onde estão agregados os apuramentos dos valores, a declaração fiscal bem como todos os comprovativos dos pagamentos dessas operações. Desta forma a consulta é facilitada e toda a informação está organizada e disponível caso seja necessária.

É feita também a verificação dos saldos existentes de forma a garantir a conformidade dos valores, como é possível verificar abaixo, no procedimento efetuado para uma empresa do grupo em específico:

Conta	Cl	D/C	Nº doc.	Tp.doc.	CL	Chave referência 3	Data lçto.	Mont.em MI	Moedl
245000	S			SA	40	FB50 FB50 FB50 FB50	01-04-2021	17.45	EUR
245000	H			SA	50		29-04-2021	-13,292.26	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01 FB01	20-05-2021	12,915.74	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01	20-05-2021	376.44	EUR
245000	H			SA	50		28-05-2021	-15,198.11	EUR
245000	S			BD	40	FB01	18-06-2021	380.02	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01 FB01	18-06-2021	14,818.04	EUR
245000	H			SA	50		29-06-2021	-14,888.35	EUR
245000	S			BD	40	FB01	19-07-2021	14,521.38	EUR
245000	S			BD	40	FB01	19-07-2021	370.65	EUR
245000	H			SA	50		29-07-2021	-26,865.27	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-08-2021	26,494.40	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-08-2021	370.78	EUR
245000	H			SA	50		30-08-2021	-12,788.62	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-09-2021	368.78	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-09-2021	12,419.75	EUR
245000	H			SA	50		29-09-2021	-13,802.94	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-10-2021	368.78	EUR
245000	S			BD	40	FB01	20-10-2021	13,434.09	EUR
245000	H			SA	50		28-10-2021	-15,628.22	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01 FB01	18-11-2021	405.79	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01 FB01	22-11-2021	15,222.40	EUR
245000	H			SA	50		29-11-2021	-16,341.76	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01	20-12-2021	396.66	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01	20-12-2021	15,945.03	EUR
245000	H			SA	50		30-12-2021	-28,839.27	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01	20-01-2022	28,460.46	EUR
245000	S			BD	40	FB01 FB01	20-01-2022	378.72	EUR
245000	H			SA	50		28-01-2022	-14,473.52	EUR
245000	S			BD	40	FB05	18-02-2022	406.62	EUR
245000	S			BD	40	FB05 FB05	21-02-2022	14,070.31	EUR
245000	H			SA	50		25-02-2022	-14,728.07	EUR

figura 6 - análise das diferenças nas contas de pagamentos à segurança social

Aqui é possível apurar a ocorrência de diferenças de pequenos valores, mas que mesmo assim devem ser diagnosticadas quais as causas.

5.2 Análise de Vendas e Prestações de Serviços

Esta análise é feita com uma periodicidade regular, uma vez que o preenchimento das declarações fiscais assim o “exigem”. Normalmente é comparado o valor que consta em SAP e o valor que se extrai dos balancetes da conta 71 e 72 (no mínimo com uma

periodicidade mensal, aquando do envio do ficheiro SAF-T para a AT), sendo que o valor apurado deve ser igual ou muito semelhante. Neste processo de controlo interno é possível de forma precoce validar se existe falta de informação, normalmente quando ocorrem diferenças nos valores de faturação o controlo interno é feito através da validação do programa, ou seja, garantir que a extração dos totais do período foi feita de forma correta. Com essa verificação efetuada, é possível passar para outros pontos como por exemplo, a validação de faturas emitidas entre as empresas do grupo, que é onde normalmente se verificam as diferenças, uma vez que nas faturas a clientes a emissão é feita de forma quase imediata.

Neste segmento de análise é importante reforçar que ocorrem dois grandes tipos de movimentos: vendas a clientes e vendas de material ou prestação de serviços às outras empresas do grupo. Nas vendas e prestações de serviços a clientes é validada a existência de fatura bem como a respetiva guia de transporte. Todas as operações têm de conter estes elementos. Como as vendas exigem este processo quase simultâneo (a mercadoria só pode seguir com guia de transporte, e o cliente só a aceita receber com fatura), raramente ocorrem falhas na existência desta documentação. Na validação para fecho mensal são comparados os valores que estão registados em vendas no SAP, com os valores registados nas saídas de armazém. Normalmente sempre que são encontradas discrepâncias, estas devem-se apenas a valores de mercadorias que não estavam corretamente ajustados (os valores podem ser diferentes por exemplo na aquisição de determinada quantidade, o valor da mercadoria pode ser alvo de desconto).

As operações Intra grupo exigem especial cuidado uma vez que primeiro são transmitidas as ocorrências, ou ordens de serviço (sempre com referência do respetivo período) e logo que possível ocorre a faturação dos serviços. Existem processos de controlo específicos para estas operações de forma a evitar que valores não sejam faturados por lapso ou faturados em duplicado, bem como garantir que todas as exigências legais são cumpridas na emissão destas faturas (é importante especificar de forma clara os bens/serviços transacionados bem como as suas quantidades, e em casos mais específicos, como por exemplo o fornecimento de energia, que todos os dados são registados, neste caso o número de quilowatts consumidos durante o período).

De forma a garantir que as operações estão corretamente emitidas há uma análise dos totais de todas as empresas e de todas as faturas emitidas entre si, e os valores devem estar

todos coerentes uns com os outros, caso contrário valida-se a existência de diferenças de forma imediata, e que devem ser corrigidas.

Uma das confirmações iniciais importantes é também garantir que as vendas ou prestações de serviços foram faturados no período em que ocorreram. Dada a natureza dos negócios das empresas do grupo, este facto é fácil de garantir uma vez que a mercadoria ao ser despachada, obrigatoriamente segue com fatura e guia de transporte. No caso das operações entre empresas do grupo este facto só não ocorre se não for possível confirmar valores, ou seja, não é possível garantir o rigor, sendo então faturados (respeitado as regras atuais de faturação) logo que possível.

Em qualquer um dos casos é feito um controlo quase diário de todos os valores monetários que entram e que estão registados como pagamentos de clientes, sendo que cada um dos movimentos deve ficar sempre associado a uma transação. Caso isso não seja possível ocorre um sinal de alerta, uma vez que é preciso tentar perceber o porquê de o valor não ter um documento ou transação associada. Todos estes procedimentos ficam registados de modo que a verificação mensal das contas possa ocorrer de forma mais simples e rápida.

5.3 Análise às Contas a Receber e a Pagar

O controlo às contas a receber e a pagar é feito com alta periodicidade e ocorre em várias situações distintas, pode ocorrer devido ao fluxo normal de venda e pagamento, devido ao cliente ou fornecedor solicitar um encontro de contas ou até no caso de haver necessidade de confirmação do volume de operações para o cliente ou fornecedor em específico.

Para o controlo dos clientes, o programa liga os valores recebidos por transferência bancária com os documentos de faturação. Surge necessidade de confirmar esta informação manualmente sempre que são pagas duas faturas juntas, por exemplo.

No caso de fornecedores o processo é mais complexo. O facto de a empresa trabalhar à data com toda a documentação em papel levava a que com bastante frequência, as faturas chegassem com atraso ao departamento financeiro ou até mesmo não chegassem. Para controlo dos pagamentos é validado se uma transação está ligada a uma fatura, e nos casos em que isto não ocorre (por inexistência do documento ou pagamento em duplicado) é feita a análise do que pode ter ocorrido para originar tal situação. Para fornecedores que

tenham valores comerciais mais relevantes é feito um seguimento mais apertado (aqui ligado também a relações comerciais como prazos de pagamento, ou descontos comerciais) de forma a garantir que todos os valores são todos registados.

No que diz respeito à preparação das auditorias, nestes casos de fornecedores e clientes há também uma seleção feita pela equipa de auditoria (por amostragem ou por fornecedores/clientes com valores mais expressivos de transações) em que é enviada a circularização (como é possível ver em anexo), de forma a confirmar que os valores que estão expressos na contabilidade traduzem com fiabilidade os valores reais em dívida num determinado período (normalmente a circularização enviada remete à data de fecho do exercício, ou seja 31 de dezembro do período económico em questão).

5.4 Análise à rúbrica de Financiamentos Obtidos

Neste segmento do trabalho é feita a análise a dois tipos de financiamento distintos: o financiamento interno, entre as empresas do grupo, e o financiamento externo, obtido através de entidades alheias ao grupo.

Na análise aos financiamentos internos é feito um controlo triplo, todas as transações são registadas sendo que a cada uma delas é atribuída uma referida numeração. Para assegurar que nenhuma operação é esquecida, é feito um movimento espelho em todas as empresas do grupo que estão envolvidas na referida operação. De forma a garantir que os valores apresentados refletem a correta realidade das empresas, os valores obtidos tanto na contabilidade como nos mapas de apoio financeiro devem estar coincidentes. Se todos os valores forem exatamente os mesmos, a análise prossegue, caso contrário são validados todos os mapas usados de forma a verificar onde houve falha de registo e proceder às correções necessárias.

No que diz respeito aos financiamentos externos, a verificação é feita através do levantamento do mapa de responsabilidades junto do Banco de Portugal. Com a informação atualizada é feita uma comparação com os valores que estão registados no sistema de contabilidade e são apuradas eventuais diferenças (caso existam) e o levantamento da necessidade de efetuar ou não correções relativas a montantes que possam não ter sido registados, ou registados de forma menos apropriada (por exemplo

movimentos em duplicado, embora não seja comum, uma vez que a própria conciliação bancária ajuda também a verificar estes pontos.

Para as entidades externas é feita também uma circularização (por carta) de forma a confirmar não só os valores em dívidas, mas também como outros elementos relativos a outras responsabilidades efetivas às quais as empresas estejam comprometidas no momento da auditoria.

5.5 Análise das rubricas de caixa e depósitos bancários

No que diz respeito à rubrica dos meios financeiros líquidos (caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) a análise exige que se cumpra toda uma série de requisitos prévios

Para a análise desta rubrica é feita uma comparação dos valores dos extratos bancários das contas à ordem e depósitos a prazo (contas 12 e 13), sendo possível verificar se os saldos são coincidentes. Dada a natureza da rubrica é essencial ir verificando se todos os montantes que estão representados nesta rubrica estão isentos de erros e que tudo está bem classificado. A equipa de auditoria irá levar em consideração se existem processos de controlo interno e se estão bem implementados.

Ao nível do controlo interno existem vários processos. É preciso ter em mente que a área dos meios financeiros líquidos é uma das que representa um maior risco devido à sua natureza, uma vez que podem estar sujeitos a ser utilizados de forma indevida por vários membros das empresas, o que leva a que seja estritamente necessário que exista uma segregação de funções. No que diz respeito às contas de caixa, todos os movimentos têm obrigatoriamente de ter uma autorização e a respetiva fatura ou documento que autoriza a saída de valores. As operações têm de ser autorizadas por superiores hierárquicos e só depois são disponibilizados os fundos ou feitas as respetivas transferências, sendo que quem autoriza e quem executa os pagamentos ou as transferências são sempre pessoas distintas. Para pagamentos de pequenos montantes existe um fundo fixo de caixa para resolver questões de tesouraria ligadas a montantes pequenos e com pouca relevância.

É feita também a contagem física das existências em caixa, assegurando que os valores registados na contabilidade são condizentes com os valores expressos na contagem física.

Sempre que exista alguma situação que leve a que sejam evidenciadas diferenças entre a contabilidade e a contagem física, esta deve ser comunicada à chefia e em caso de se revelar necessário, é feito o registo da situação.

Posteriormente a equipa de auditoria procede à análise (bem como à execução de todos os testes de verificações necessários) e pode sugerir então que sejam feitas determinadas divulgações nos anexos às contas das empresas. É importante também verificar que movimentos é que foram gerando o saldo que está expresso nos balancetes bem como garantir que os saldos referidos a determinada data efetivamente existem e se coincide com os valores da contabilidade. Nos saldos de caixa não devem estar representados valores que digam respeito a vales de caixa, cheques pré-datados, vales de refeição ou documentos que justifiquem despesas. Adicionalmente faz parte também do controlo interno o preenchimento de folhas de caixa com descritivos das despesas.

A equipa de auditoria verifica também, sem aviso prévio, a respetiva contagem e conferência de todos os caixas e folhas de caixa sempre com a supervisão de um responsável da entidade.

À semelhança dos financiamentos obtidos, a carta que é enviada na circularização pede também que as entidades bancárias confirmem os valores existentes à ordem e nas contas a prazo para todas as empresas sem exceção como é possível ver nos anexos deste relatório. Apesar das cartas serem preparadas pelas empresas, as respostas seguem diretamente para a equipa de auditoria, sendo que procede ao cruzamento de informação recebida com a contabilidade. A resposta recebida é muito completa e não se limita apenas aos valores dos saldos, mas também contempla qualquer informação referente a empréstimos bancários junto das respetivas entidades, quais as pessoas que estão autorizadas a efetuar movimentações nas contas e também responsabilidades contingentes.

Já com toda a informação necessária recebida por parte das entidades bancárias, a equipa de auditoria faz o pedido de todas as conciliações bancárias e tenta detetar eventuais diferenças que possam existir, bem como a ocorrência de movimentos em aberto na contabilidade. É dada sempre uma importância maior aos valores mais expressivos (e que podem ter impacto significativo nas contas) numa primeira análise, sendo que normalmente também é solicitado o extrato seguinte àquele pedido (que normalmente ocorre a 31 de dezembro de N, sendo solicitado o mês de janeiro de N+1) de forma a

poder garantir a regularização dos referidos movimentos em aberto, como salvaguarda adicional.

A equipa de auditoria analisa também quem são as pessoas que têm permissão de movimentação das contas bancárias e calcula o risco de existir movimentação indevida das mesmas e também apresenta formas de dissipar esse risco caso ele ocorra.

Há ainda uma outra análise efetuada, e que no caso das empresas do grupo apresenta especial importância, que é a análise entre contas bancárias das empresas do grupo e entre as várias contas das bancárias de cada uma delas. É necessário analisar todos os extratos do banco e também todos os extratos da contabilidade para proceder ao levantamento deste tipo de operações. No caso das empresas do grupo, estes casos ocorrem com frequência devido a empréstimos existentes entre as mesmas e também para fazer pagamentos de faturas de serviços prestados e de mercadoria vendida de umas para as outras. Normalmente serve para transferir e repor valores das contas caucionadas conforme as eventuais necessidades de tesouraria. Esta análise feita pela equipa de auditoria tem como objetivo de assegurar que não existem saídas por registar e entradas registadas noutras empresas, de forma que as duas consigam ter valores positivos, e refletir valores que não são os reais na contabilidade.

É importante garantir junto da equipa de auditoria que todos os valores registados na classe dos meios financeiros líquidos estão devidamente registados, tanto em valor, como a respetiva contabilização estar de acordo com a realidade e as normas da contabilidade aplicável a cada uma das empresas, bem como garantir que todas as informações relevantes serão devidamente divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

Relatório de partidas individuais contas do Razão									
Conta do Razão 25121000 MILLENNIUM BCP - EUR Empresa 8000									
Conta	CI	D/C	Nº documento	Tp.doc.	Data lçto.	CL	Montante em moeda interna	MoedI	
25121000		S	522070099	BG	26.05.2022	40	17.10	EUR	
25121000		S	522070100	BG	27.05.2022	40	41.60	EUR	
25121000		S	522070100	BG	27.05.2022	40	1,565.63	EUR	
25121000		S	522070100	BG	27.05.2022	40	3,149.03	EUR	
25121000		H	522070100	BG	27.05.2022	50	50,000.00-	EUR	
25121000		S	522070101	BG	30.05.2022	40	7.20	EUR	
25121000		S	522070101	BG	30.05.2022	40	12.55	EUR	
25121000		S	522070101	BG	30.05.2022	40	43,349.66	EUR	
25121000		H	522070102	BG	31.05.2022	50	24.60-	EUR	
25121000		S	522070103	BG	01.06.2022	40	18.50	EUR	
25121000		S	522070103	BG	01.06.2022	40	14,493.81	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	2.19	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	5.75	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	13.06	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	14.40	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	25.00	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	37.27	EUR	
25121000		S	522070104	BG	02.06.2022	40	54.88	EUR	
25121000		S	522070105	BG	03.06.2022	40	28.90	EUR	
25121000		H	522070105	BG	03.06.2022	50	495.75-	EUR	
25121000		H	522070105	BG	03.06.2022	50	16,257.90-	EUR	
25121000		S	522070106	BG	06.06.2022	40	10.75	EUR	
25121000		H	522070106	BG	06.06.2022	50	425.29-	EUR	
25121000		S	522070107	BG	07.06.2022	40	57.20	EUR	
25121000		S	522070107	BG	07.06.2022	40	61.59	EUR	
25121000		S	522070108	BG	08.06.2022	40	368.40	EUR	
25121000		S	522070108	BG	08.06.2022	40	9,334.11	EUR	
25121000		H	522070109	BG	09.06.2022	50	49.50-	EUR	
25121000		H	522070110	BG	10.06.2022	50	380.40-	EUR	
25121000		H	522070110	BG	10.06.2022	50	426.34-	EUR	
25121000							246,658.70-	EUR	
25121000							246,658.70-	EUR	
							246,658.70-	EUR	

figura 7 - Movimentos em aberto e saldo

5.6 Análise às rubricas de Ativos Fixos Tangíveis

A verificação desta rubrica não é de todo uma tarefa simples. É necessário comparar os valores do balanço com os valores que estão constantes na contabilidade. O primeiro desafio surge no volume de ativos que o grupo possui. As listas de inventários são renovadas constantemente, conforme há entrada ou saída de ativos e uma vez que as empresas colaboram entre si, outro fator de extrema importância é identificar com a exatidão a titularidade de todos os ativos do grupo, de forma que estejam corretamente atribuídos à respetiva empresa. Outro grande desafio é garantir a sua valorização mais correta bem como ter conhecimento de quaisquer ónus ou encargos associados a esses ativos.

Neste segmento são feitas algumas verificações para preparar a auditoria e também como verificação interna.

Numa primeira fase é feita uma análise aos saldos iniciais de forma a garantir que os valores estão corretos e que não contem erros ou distorções que possam ser consideradas como materialmente relevantes e que possam ter impacto negativo (no sentido de não garantir uma apresentação de informação verdadeira e apropriada), e também garantir que o transporte dos saldos foi corretamente efetuado.

É também garantido que as políticas de depreciação foram corretamente usadas (uma vez que varia de empresa para empresa) e que qualquer alteração foi divulgada.

I318	Máquina de Medir	
Fechada 2016	I31802	Máquina de Medir
Fechada 2018	I31803	Máquina de Medir (2)
I319	Destilador de Solventes-Lacas	
I320	Desumificador TPU`S Biopolimeros	
Fechada 2015	I32001	Desumificador TPU`S Biopolimeros
I321	Máquinas Laminar B	
Fechada 2018	I32101	Maquina de Laminar B
I322	Máquinas Laminar B	
Fechada 2019	I32201	Maquina de Perfurar
Fechada 2020	I32202	Daimler Perforation Tool 2000mm
Fechada 2020	I32203	Perforating Tool JLR LRG77 2000 mm (pente)
Fechada 2020	I32204	Perforating Tool BMW KL1.1 2000 mm (pente)
Fechada 2020	I32205	Perforating Tool BMW KL1.1 2000 mm (pente) RB-1
	I32206	Perforating Tool JLR LRG77 2000 mm (pente) PAB-2
I323	Maquina de Revistar	
Fechada 2020	I32301	Maquina de passar carros
4 - MAT CARGA & TRANSPORTES		
I 4 - Novos Investimentos		
I401	Equipamento Transporte	
I402	Equipamento Carga	
I403	Equipamento Pesagem	
5 - FERRAMENTAS & UTENSILIOS		
B 5 - Beneficiações		
B501	Carros de Material	
I 5 - Novos Investimentos		

figura 8 Lista de ativos com obra e centro de custo

Numa primeira fase é analisada a lista, sendo que é feita uma comparação com a lista que é possível extrair a qualquer momento do programa SAP, e onde estão refletivos os saldos iniciais e todos os movimentos que possam ter decorrido desde o início do período que está a ser analisado.

Em...	Div	Item balan	CtaBal.CAP	Classe	Descrição	ValAquis	Depreciação ac.	Valor contábil	Moeda
10		10	9999		BENS MODELO	0.00	0.00	0.00	EUR
		10				0.00	0.00	0.00	EUR
		1100				39,990.29	0.00	39,990.29	EUR
		431000	431000		Terr.Recursos Natur	39,990.29	0.00	39,990.29	EUR
		432000	432000		Edific.Outras Constr	17,759,344.22	17,035,871.61	723,472.61	EUR
		433000	433000		Equipamento Básico	4,521,304.76	4,122,319.21	398,985.55	EUR
		434000	434000		Equip. Transporte	721,160.77	576,715.71	144,445.06	EUR
		435000	435000		Equipamento Administ	5,842,520.08	5,820,985.26	21,534.82	EUR
		437000	437000		Outros ActFix Tangiv	993,320.71	987,000.60	6,320.11	EUR
		453000	453000		AFT em Curso - ObNov	0.00	0.00	0.00	EUR
		453001	453001		AFT em Curso - Benef	0.00	0.00	0.00	EUR
		1100				29,877,640.83	28,542,892.39	1,334,748.44	EUR
		1101				917,201.87	0.00	917,201.87	EUR
		421000	421000		PI - Terr.Recur.Nat.	917,201.87	0.00	917,201.87	EUR
		422000	422000		PI - Edif.Out.Constr	5,172,925.01	2,461,315.27	2,711,609.74	EUR
		1101				6,090,126.88	2,461,315.27	3,628,811.61	EUR
		1102				25,234.19	0.00	25,234.19	EUR
		441000	441000		Trespases	25,234.19	0.00	25,234.19	EUR
		1103				1,236,000.28	1,236,000.28	0.00	EUR
		442000	442000		Projectos Desenv.	1,236,000.28	1,236,000.28	0.00	EUR

figura 9 - Listagem de imobilizado em SAP

5.6.1 Análise à titularidade dos Ativos

Neste segmento, como já foi referido anteriormente, é de extrema importância garantir que os ativos estão corretamente atribuídos à empresa respetiva e estão todos corretamente catalogados. Aqui é feito o registo de entrada de cada bem no momento imediato ao registo da fatura na contabilidade, o que previne que qualquer bem possa ser esquecido. Para além disso é comparado com a lista manual para validação.

No entanto há outros bens que estão obrigados a registo como é o caso dos edifícios e armazéns e também as viaturas.

Para esta validação ser mais fácil normalmente é retirado do portal da AT a lista de todos os imóveis registados e também dos veículos que estão associados a cada empresa do

grupo. Normalmente devem também estar associados ao processo todos os documentos de registo de propriedade dos bens (certidões) registados na Conservatória do Registo Predial e Automóvel.

5.6.2 Análise a eventuais ónus ou encargos nos ativos

A informação sobre eventuais ónus ou encargos deve obrigatoriamente constar no Anexo às Demonstrações Financeira. Para validar esta informação é necessário recorrer às certidões permanentes de cada um dos imóveis existentes por cada empresa. Caso não existam encargos, nada há a mencionar neste ponto em específico.

5.6.3 Análise aos capitais seguros

Esta verificação faz uma primeira validação de forma a assegurar que todos os ativos que figuram na lista de imobilizado estão devidamente assegurados.

De forma a validar todas as informações, é enviada às empresas seguradoras a respetiva circularização, onde se pede confirmação sobre os bens que estão segurados referindo sempre as respetivas apólices e o total do capital que está assegurado. Após obtenção de confirmação cabe ao Revisor Oficial de Contas tratar a informação, uma vez que é feita uma comparação entre os valores do ativo e os capitais cobertos.

5.6.4 Controlo de aquisições e alienações durante o período

Todas as aquisições são registadas em SAP aquando da sua aquisição, quer pela criação do bem em específico, ou através da criação de obra quando seja esse o caso.

De forma a estabelecer controlo é também partilhada uma lista com todas as entradas e saídas de bens. Através destes procedimentos é feita uma validação, de forma a constatar que todos os bens registados na tabela em Excel se encontram em SAP e vice-versa. Estando a informação em conformidade procede-se à verificação contabilística dos lançamentos, quer movimentos de entrada, como movimentos de amortização e depreciação.

Depois disso o auditor tem acesso à informação, e depois de efetuar análise é solicitada uma lista de informação (normalmente é solicitada informação para as aquisições cujo valor seja materialmente relevante na amostra selecionada), onde são anexados os documentos de compra bem como eventuais guias de importação que possam existir associadas a cada item do ativo. No caso de se tratar de alienações, o procedimento é o mesmo, contudo, o volume de ocorrências é bem menor do que no caso das aquisições.

5.6.5 Análise às Depreciações

A verificação tem como objetivo garantir que a depreciação efetuada tem uma base de cálculo correta (no âmbito do Decreto Regulamentar 25/2009).

Primeiro analisa-se que todos os bens estão a ser depreciados. Posteriormente, e tendo por base a especificidade de cada empresa, uma vez que cada uma tem o seu método e taxas considerados os mais adequados no caso concreto, tem de haver a garantia de que a taxa utilizada cumpre as especificações do Decreto Regulamentar mencionado acima e que os itens do ativo não estão a ser depreciados por uma taxa superior nem por uma taxa inferior ao estabelecido no Decreto.

Tenta também garantir-se que todos os bens constam no mapa de depreciações. Para validar a informação comparam-se os totais dos mapas com os valores registados pela contabilidade em SAP. Nesta análise são comparados os valores dos saldos iniciais do período registados nas contas 43 - AFT, 45 - AFT em curso, 438 - Depreciações acumuladas e 64 - Depreciações.

Dado o volume de bens a tratar o auditor quando realiza a auditoria externa normalmente seleciona por amostragem os bens que quer analisar, e é cedida toda a informação tanto física ou em formato digital para confirmar e validar toda a informação necessária.

O controlo interno vai recolhendo durante todo o período económico, toda a informação relativa aos ativos que são adquiridos ou que estão em curso. São reunidos todos os documentos que dizem respeito a este tipo de operações (faturas e documentos de importação se for o caso).

Validar os ativos é bastante complexo uma vez que normalmente os valores envolvidos dizem respeito a quantias significativas, contudo, graças à documentação recolhida previamente é mais fácil validar a informação para garantir a conformidade de todas as operações.

5.7 Controlo de inventários

Na maior parte das empresas do grupo os inventários representam uma grande fatia do balanço, o que torna a sua análise e controlo numa tarefa de extrema importância, uma vez que é necessário atribuir o valor o mais exato possível de forma que o balanço traduza uma imagem verdadeira e apropriada. A exatidão destes saldos é também de extrema importância para a demonstração de resultados, neste caso através da rúbrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

A maior parte das empresas do grupo utiliza o sistema de inventário permanente por imposição legal do Decreto-Lei nº158/2009 de 12 de julho para contabilizar os seus inventários.

Ao nível do controlo interno para valorização dos inventários, tudo o que é produzido possui uma ordem de fabrico em que estão expressas as matérias utilizadas. Em situações de stocks mais pequenos de determinado material é mais fácil haver controlo através das contagens físicas. Para os restantes processos há sempre uma encomenda associada que menciona sempre o número de unidades de produto usadas em determinada encomenda.

Contudo, para efeitos de auditoria é sempre feita uma contagem física de tudo o que existe em armazém para que os auditores possam fazer a validação dos valores de inventários.

Nesta contagem para além de se poder confirmar, é possível verificar também a existência de desvios e tentar perceber o porquê de terem ocorrido (normalmente está ligado a erro humano como por exemplo códigos de barras mal atribuídos ou armazenamento em local não correto, contudo nesses casos é também facilmente detetável. Desta forma garante-se que o que está registado em SAP traduz a realidade do armazém.

Normalmente é acordada uma data para as contagens para que todo o procedimento possa ser preparado (a equipa de auditores emite uma série de recomendações) e garantir a indispensável presença da equipa de auditoria no local para validação das contagens efetuadas. A comunicação das datas ocorre sempre com antecedência, normalmente um mês a duas semanas antes da data estipulada e é também elaborado um planeamento, que abrange o que vai ser contabilizado e de que forma. São também definidas as equipas que vão proceder às contagens físicas.

Normalmente são fornecidas listas de contagem sem valores, de forma a não haver influência para os colaboradores que estão responsáveis pela tarefa, e que normalmente são membros do armazém, contudo é sempre desejável que haja alguém na equipa de contagem de fora do armazém, de forma a garantir uma maior imparcialidade e transparência nas contagens, uma vez que uma pessoa “de fora” não está familiarizada com eventuais procedimentos menos adequados na contabilização de stocks, bem como pode identificar outros problemas ou dificuldades existentes na contabilização dos itens constantes na lista de inventário.

Há também a lista elaborada que menciona quantidades. O ideal é que se comparem as duas listas pela equipa de auditoria, de forma a apurar desvios existentes.

Durante as contagens físicas é de extrema importância que haja conferência dos códigos de barras dos produtos bem como garantir que estes possuem a designação correta, e aí sim, deve ser registada a contagem que foi efetuada. Normalmente é também pedida uma lista das últimas entradas e saídas de materiais, de forma a garantir que tudo foi corretamente registado e faturado, ou seja, garante-se que tudo o que chegou aos armazéns foi devidamente rececionado e que já foi integrado nas listas e nas contagens, e que essas aquisições já foram registadas e que os valores já estão a ser considerados nas respetivas contas de passivo (normalmente dívidas a fornecedores/conta corrente) no período correto, ou seja que esses valores não vão integrar os valores dos passivos apenas no período económico seguinte.

Posto isto a equipa de auditoria efetua um relatório em que inclui toda a informação recolhida, bem como o modo como foram efetuadas as contagens, desde o método escolhido até às pessoas que estiveram envolvidas no procedimento, são mencionados todos os itens que foram alvo das contagens, e os próprios valores das contagens. Há também uma lista comparativa dos valores apurados na contagem física e dos valores mencionados na contabilidade através do código ou da referência dos produtos, sendo que são sempre mencionadas todas as diferenças apuradas bem como as razões para que isso ocorra, uma vez que tudo deve ser justificado. É também incluída uma conclusão e caso se revele necessário podem ser incluídas algumas considerações a adotar pela empresa ao nível dos processos de controlo interno de forma a tornar os inventários e a sua contagem num processo o mais otimizado e fiável possível. Os responsáveis pela gestão e pelos armazéns são chamados pela equipa de auditoria para reunir e debater formas de corrigir

os erros que eventualmente tenham sido detetados bem como criar e implementar medidas de controlo para minimizar e evitar erros futuros.

Segundo Pinheiro (2005, p 4-6) a auditoria interna tem vindo a ganhar qualidade e consequentemente tem havido um reconhecimento cada vez maior da importância desta dentro das organizações, mas que, no entanto, segundo o autor, ainda existe alguma conotação negativa em relação à auditoria dentro das empresas.

O objetivo deste relatório foi principalmente descrever a importância da auditoria interna como uma mais-valia dentro da empresa, e de que forma causa impacto nas atividades que tive a oportunidade de executar nos últimos meses.

Para dar resposta a este objetivo foi efetuada uma revisão de literatura onde são mencionados conceitos importantes da área, sendo que compreendê-los melhor é fundamental para a obtenção de resultados.

Do decorrer da revisão da literatura, mencionada na parte mais inicial deste relatório, é possível afirmar que a presença de um controlo interno na empresa, permite que ocorra uma adequada análise da gestão de riscos e da importância dos sistemas de controlo interno, para o alcance dos melhores resultados possíveis na empresa.

Assim, tendo em consideração a abordagem escolhida neste relatório, bem como as respostas que se procuraram obter através das hipóteses que foram anteriormente levantadas, foi adotado essencialmente o método qualitativo como metodologia de investigação. Esta escolha prende-se com o facto de este relatório ter derivado de atividades que decorrem num contexto real de trabalho, uma vez que a recolha de dados é feita essencialmente na análise das ações dos sujeitos envolvidos nos processos relacionados com a auditoria interna, e cujos dados são complexos de serem quantificados.

Para a elaboração deste relatório foi necessário recolher a informação relacionada com os processos adotados dentro da empresa preferencialmente durante o decorrer natural dos processos, no entanto, em situações que não foi possível, houve solicitação de informação sobre os procedimentos junto de quem normalmente está encarregue destes processos. Foi necessário recorrer também à análise de documentos, diários, relatórios, entre outros.

O estágio consistiu numa primeira abordagem, à explicação e ambientação com os diferentes tipos de documentos que chegam à contabilidade bem como qual o tratamento que deve ser dado nas mais diversas situações. No decorrer do período, tanto pela necessidade de elaborar o fecho de contas, tanto pela visita das equipas de auditoria

externa, surge a necessidade de aplicar os processos de controlo interno de forma a garantir o mais possível que os processos são corretamente executados e que os valores apresentados transmitem a real situação financeira da empresa.

Com isto, foi possível obter resposta às três hipóteses levantadas na metodologia e que estão ligadas com a independência do auditor e de que forma a auditoria e controlo interno são benéficos para que a organização atinja os seus objetivos. A independência é assegurada, uma vez que o controlo interno, apesar de ser subordinado pela gestão da empresa, funciona e são levantadas todas as questões que possam ter erros ou omissões, e também numa fase posterior em que as equipas externas trabalham de forma autónoma com o objetivo de garantir que não existem outras influências que possam ter impacto na emissão de opinião por parte do auditor. Em relação à gestão do risco por parte dos sistemas de controlo interno é possível confirmar o seu impacto positivo na empresa uma vez que quanto mais processos preventivos e quanto maior controlo houver, maior é a confiança depositada na informação financeira, que apenas é tratada pelas equipas de auditoria externa. Todos os processos já implementados são uma mais-valia comprovada e trazem benefícios que levam à obtenção de bons resultados dentro da empresa.

Limitações ao estudo

Contudo foram surgindo algumas limitações durante este período, o principal deve-se à impossibilidade de acompanhar o trabalho das equipas de auditoria externa, que por várias razões deve ser realizado de forma independente e isenta e também o facto de não poder acompanhar outros processos, principalmente ligados a inventários, por decorrerem noutras localizações das fábricas. Apesar disso experiência foi muito positiva permitiu-me ter a noção daquilo que é a “vida real” da empresa, no que toca aos seus controlos e aos processos e exigência que estão associados a um trabalho de auditoria, o que me levou a uma grande aprendizagem e que complementou de uma forma muito interessante aquilo que foi lecionado durante as aulas de mestrado. Ficando a conhecer o mercado real é possível pôr em prática as técnicas aprendidas e acompanhar modos de trabalho e adquirir novas ferramentas que tornem o trabalho mais prático e eficiente.

Recomendações para futuras investigações

Para futuras investigações seria interessante e fundamental conseguir acompanhar todos os processos ligados à auditoria interna, de forma a tornar o conhecimento ainda mais abrangente.

Cada vez mais a auditoria tem mostrado a sua importância e o quão útil é na criação de valor nas organizações. Apesar de neste relatório ter abordado a auditoria financeira, é importante realçar que vai muito para além disso, uma vez que existem imposições legais (e não só) a nível de segurança e ambiente que “obrigam” as várias empresas do grupo de forma a obterem certificações de qualidade e de segurança tanto a nível dos procedimentos como a nível da segurança ambiental. A auditoria é uma área extremamente abrangente e com múltiplas especificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICPA, Accounting Trends & Techniques (2005)

Almeida, Bruno (2019), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa.

ANTÓNIO CARVALHO PEDROSA, SÍLVIO MARQUES A. GAMA, Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística, (2018), 3ª edição.

Barreiro, M. (2007). Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial. Revista de Auditoria Interna, 27.

Bell, T., Marrs, F., Solomon, I., Thomas, H. (1997). Auditing Organizations Through a Strategic Systems Lens; KPMG Peat Marwick LL.P, Montvale NJ.

Brochado, Bruno José Machado Almeida, Manual de Auditoria Financeira, (2019).

Costa, E., & Antunes, J. (2014) A Importância Crescente dos Procedimentos Analíticos em Auditoria. Revista Revisores e Auditores n.º 51. Costa, C. B. Auditoria Financeira – teoria & prática. Editora Rei dos Livros. (s.d.).

Diário da República 1ª série n.º 167. Assembleia da República. Major, M. J., & Vieira, R. (2009).

Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna, Obtido em 11 de janeiro de 2022, de: <https://www.ipai.pt/gca/index.php?id=58>

Fortin, M.-F. (1999) O Processo de Investigação da Concepção à Realização (1ª Edição). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas Lda.

Gonçalves, C. A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria. Revista Revisores e Auditores n.º 64. (janeiro de 2022).

Hayes [et al] (2005), Principles of Auditing - An Introduction to International Standards on Auditing. 2ª Edição. Pearson Education Limited.

ISA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Realização de uma auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Obtido em 10 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: [https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20200%20\(Revised%20and%20Redrafted\).pdf](https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20200%20(Revised%20and%20Redrafted).pdf) . IFAC. (2008).

ISA 210 – Aceitação dos termos do trabalho de auditoria. Obtido a 12 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis_for_Conclusions_Clarity.pdf IFAC. (2009).

ISA 240 – Responsabilidades do auditor relativas a fraude na auditoria das Demonstrações Financeiras. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis_for_Conclusions_Clarity.pdf IFAC. (2006).

ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da atividade e do seu ambiente. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: https://www.ifac.org/system/files/meetings/files/20190919_Agenda-Item-2E-UPDATED-ISA-315-Revised-Full-Standard-TurnAround-Final.pdf IFAC. (2009).

ISA 520 – Procedimentos Analíticos. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: [https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20520%20\(Redrafted\)%20-%20Final.pdf](https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20520%20(Redrafted)%20-%20Final.pdf) IFAC. (2008).

ISA 530 – Amostragem de auditoria. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: [https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20530%20\(Redrafted\).pdf](https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Basis%20for%20Conclusions%20-%20ISA%20530%20(Redrafted).pdf) IFAC. (2008).

ISA 550 – Partes Relacionadas. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a029-2010-iaasb-handbook-isa-550.pdf> IFAC. (2009).

ISA 560 – Eventos Subsequentes. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a030-2010-iaasb-handbook-isa-560.pdf> IFAC. (2009).

ISA 610 – Consideração do trabalho de auditoria interna. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants:

[https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-610-\(Revised-2013\).pdf](https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-610-(Revised-2013).pdf) IFAC. (2013).

ISA 620 – Utilização do trabalho de um perito do auditor. Obtido em 15 de janeiro de 2022, de International Federation of Accountants: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a035-2010-iaasb-handbook-isa-620.pdf> IFAC. (2009).

Joaquim Leite Pinheiro, Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos, (2014, 3ª Edição).

Jund, S. (2001). Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 500 questões. Rio de Janeiro: Impetus.

Lakatos, E., & Marconi, M. , Auditing Assurance & Risk. Editora South-Western Cengage Learnig. Procedimentos Substantivos em Auditoria Financeira 117 (1995).

Legislação Comercial e das Sociedades Comerciais. Coimbra: Almedina. Gomes, E. (janeiro/fevereiro de 2022).

Morais, M. – A Importância da Auditoria Interna para a Gestão: Caso das Empresas Portuguesas. Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18.º, Gramada, 2008

MORAIS Georgina, MARTINS Isabel- Auditoria Interna: Função e Processo, Áreas Editora, 4ª ed. Atualizada e ampliada, 2013.

Nabais, C., Noções Práticas de Auditoria (2a Edição). Lisboa: Editorial Presença (1993).

NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas. Obtido a 10 de janeiro de 2022, de Comissão de Normalização Contabilística: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/15655-2009-1720120> Procedimentos Substantivos em Auditoria Financeira 114 CNC. (2009).

NCRF 18 – Inventários. Obtido em 10 de janeiro de 2022, de Comissão de Normalização Contabilística: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/15655-2009-1720120> CNC. (2009).

NCRF 25 – Impostos Diferidos. Obtido em 10 de janeiro de 2022, de Comissão de Normalização Contabilística: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/15655-2009-1720120> CNC. (2009).

NCRF 7 – Ativos fixos Tangíveis. Obtido em 10 de janeiro de 2022, de Comissão de Normalização Contabilística: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/15655-2009-1720120> CNSA. (2011).

PINHEIRO, J. Leite, (2005), “ Auditoria Interna - criar sucesso”, Revista de Auditoria Interna, nº22, Outubro-Dezembro, pp. 4-6

Prodanov C. e Freitas E. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas

Projeto de alteração do GAT 1 – Certificação legal de contas. Obtido em 27 de abril de 2024, de: <https://www.oroc.pt/uploads/circulares/2021/Circular26.pdf>

R.J. Chambers, An Accounting Thesaurus: 500 years of accounting, (1966)

Taborda, Daniel, Auditoria, Revisão Legal das Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas, (2021). 3ª edição.

Teixeira, M. (2006). O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz.